

**Variação na concordância verbal – um estudo sobre o  
verbo *haver* existencial**

**Vera Catarina Neves Fernandes**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem – Área  
de Especialização em Consultoria e Revisão Linguística**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

**Orientadora Professora Doutora Maria Lobo,  
Coorientadora Professora Doutora Joana Teixeira**

**Novembro de 2022**

**Variação na concordância verbal – um estudo sobre o  
verbo *haver* existencial**

**Vera Catarina Neves Fernandes**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem – Área  
de Especialização em Consultoria e Revisão Linguística**

(Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública)

**Orientadora Professora Doutora Maria Lobo,  
Coorientadora Professora Doutora Joana Teixeira**

**Novembro de 2022**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem – Área de Especialização em Consultoria e Revisão Linguística, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Sousa Lobo, Professora Associada, e a coorientação da Professora Doutora Joana Teixeira, Professora Auxiliar.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

---

(Vera Catarina Neves Fernandes)

Lisboa, 14 de novembro de 2022

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

---

(Maria Fernandes Homem de Sousa Lobo Gonçalves)

Lisboa, 14 de novembro de 2022

A coorientadora,

---

(Joana Alexandra Vaz Teixeira)

Lisboa, 14 de novembro de 2022

Aos meus filhos

Ao meu marido

## AGRADECIMENTOS

Agradeço...

...às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria Lobo e Professora Doutora Joana Teixeira, pela sabedoria, pela disponibilidade, pelo apoio, pela paciência, pela confiança, pela preocupação e pela amizade. Sem vós não teria sido possível. Obrigada, por acreditarem quando eu já tinha perdido a fé.

...ao meu marido, essencialmente por ser quem é. Pelo amor. Pelo companheirismo. Pela paciência. Por fazer de mim uma pessoa melhor. Por ser o melhor pai do mundo.

...aos meus filhos, por tão pacientemente aceitarem que a mãe não tem muito tempo para brincar. Por serem o meu conforto nas horas mais difíceis. Por fazerem de mim a mãe mais feliz e orgulhosa do mundo.

...aos meus pais, pelo amor incondicionalmente e por todo o apoio.

...à Inês e ao Ronan, pela amizade, pela disponibilidade e pelo encorajamento. Seguem comigo.

...à família e aos amigos que são família.

...a todos os participantes que colaboraram neste estudo. Obrigada pela disponibilidade!

# VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL – UM ESTUDO SOBRE O VERBO HAVER EXISTENCIAL

VERA FERNANDES

## RESUMO

A estrutura com o verbo *haver* existencial encontra-se em variação no sistema. Possui uma forma normativa consagrada em gramáticas e dicionários que é ensinada nas escolas, mas também uma forma não normativa que é utilizada pelos falantes, tanto que, apesar de ser normativamente um verbo impessoal transitivo direto, é possível encontrar dados empíricos em textos veiculadores da norma-padrão em que manifesta concordância com o seu argumento interno. Segundo Raposo (2013b), a construção sintática com concordância em número dá-se principalmente quando o verbo *haver* está no pretérito imperfeito do indicativo ou quando ocorre como verbo pleno em perífrases verbais.

O verbo *haver* existencial não atribui papel temático externo e ainda assim atribui Caso acusativo, contrariando a Generalização de Burzio (Burzio, 1986) e tornando-se um verbo atípico no sistema. As estruturas com concordância vão no sentido de o tornar mais regular e de o fazer funcionar como os outros verbos inacusativos em que o argumento interno passa a funcionar como sujeito gramatical e recebe caso nominativo. Esta reanálise do verbo *haver* existencial como sendo um verbo inacusativo é um fenómeno que pode ser enquadrado com outros fenómenos na língua portuguesa, nos quais também se verifica variação. Pode enquadrar-se numa família de construções que envolvem expletivos na posição de sujeito (Cardoso, Carrilho & Pereira, 2011; Carrilho, 2003), à semelhança do que se verifica, por exemplo, no inglês com o contraste entre os expletivos *it* e *there*. Também no caso do verbo *haver* existencial poderão ocorrer dois expletivos nulos: um com traços de pessoa e número e que verifica a concordância com o verbo (construção sem concordância, 3ª pessoa do singular); e outro que não tem traços de pessoa - número e faz uma relação de associação com o SN pós-verbal e é esse SN que acaba por verificar os traços (construção com concordância, 3ª pessoa do plural).

O objetivo deste trabalho foi estudar o grau de aceitabilidade das estruturas com e sem concordância do verbo *haver* existencial e verificar até que ponto as estruturas com concordância estão integradas na gramática implícita dos falantes e quais os fatores condicionadores dos padrões de concordância. Neste estudo, 28 falantes monolíngues de português europeu, a frequentar o ensino superior, realizaram duas tarefas de juízo de aceitabilidade: uma com pressão de tempo e outra sem pressão de tempo. Os participantes tinham de avaliar a aceitabilidade de frases com o verbo *haver* numa escala de Likert. Foram manipuladas diferentes variáveis linguísticas, incluindo a concordância (com e sem concordância), o tipo de forma verbal (simples ou perifrástica), o tempo verbal (pretérito perfeito ou imperfeito) e o tipo de verbo auxiliar (semiauxiliar modal ou temporal). A análise mostrou que, na tarefa sem pressão de tempo, as construções com concordância são mais aceites com formas verbais perifrásticas do que com verbos simples, com os quais tendem a ser rejeitadas; e as construções sem concordância são mais aceites com verbos simples do que com formas perifrásticas. Na tarefa com pressão de tempo, as construções com concordância são aceites tanto com formas verbais simples como perifrásticas; e as construções sem concordância são mais aceites com as formas

verbais simples do que com as perifrásticas. Estes resultados confirmam que existe sensibilidade a diferentes fatores linguísticos na manifestação de concordância com o verbo *haver* e parecem indicar que a construção com concordância, em alguns contextos, está já integrada na gramática implícita dos falantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** *haver* existencial, concordância verbal, variação sintática, norma e variação.



# VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL – UM ESTUDO SOBRE O VERBO HAVER EXISTENCIAL

VERA FERNANDES

## ABSTRACT

The structure with the existential verb *haver* is in variation in the system. It has a normative form enshrined in grammars and dictionaries that is taught in schools, but also a non-normative form that is used by speakers, so much so that, although it is normatively a direct transitive impersonal verb, it is possible to find empirical data in standard texts in which it occurs in agreement with its internal argument. According to Raposo (2013b), the syntactic construction with number agreement occurs mainly when the verb *haver* is in the imperfect tense of the indicative or when it occurs as a main verb in verbal periphrases.

The existential verb *haver* does not assign an external thematic role and yet it assigns accusative case, contrary to Burzio's generalization (Burzio 1986) and becoming an atypical verb in the system. The structures with agreement make it more regular and make it function like the other unaccusative verbs, where the internal argument functions as the grammatical subject and receives nominative case. This reanalysis of the existential verb *haver* as an unaccusative verb is a phenomenon that can be framed with other phenomena in the Portuguese language, in which variation also occurs. It may fit into a family of constructions involving expletives in the subject position (Cardoso, Carrilho & Pereira, 2011; Carrilho, 2003), similarly to what happens, for example, in English with the contrast between the expletives *it* and *there*. Also, in the case of the existential verb *haver* there may be two null expletives: one with person-number features that check the agreement with the verb (construction without agreement, 3<sup>rd</sup> person singular); and another that has no person-number features and establishes an association relation with the post-verbal NP and it is this NP that ends up checking the features (construction with agreement, 3<sup>rd</sup> person plural).

The objectives of this dissertation are to study the degree of acceptability of the structures with and without agreement of the existential verb *haver* and to examine to what extent the structures with agreement are part of the implicit grammar of the speakers and what factors condition the agreement patterns. In this study, 28 monolingual speakers of European Portuguese, attending higher education, performed two acceptability judgement tasks: a speeded task and an untimed task. Participants had to rate the acceptability of sentences with the verb *haver* on a Likert scale. Different linguistic variables were manipulated, including agreement (with and without agreement), verb form (simple vs. periphrastic), verb tense (preterite vs. imperfect) and auxiliary verb (modal or temporal semiauxiliary). The analysis showed that, in the untimed task, constructions with agreement are more accepted with periphrastic verb forms than with simple verbs, with which they tend to be rejected; and constructions without agreement are more accepted with simple verbs than with periphrastic forms. In the timed task, constructions with agreement are accepted with both simple and periphrastic verb forms; and constructions without agreement are accepted more with simple than with periphrastic verb forms. These results confirm that different linguistic factors condition

the use of agreement with the verb *haver* and seem to indicate that the construction with agreement, in some contexts, is already integrated into the speakers' implicit grammar.

**KEY-WORDS:** existential verb *haver*, verb agreement, syntactic variation, norm and variation.

## Índice

1. <b>Introdução</b> .....	1
2. <b>Enquadramento teórico</b>	
2.1 – A revisão e o revisor .....	3
2.2 – Norma e variação .....	4
2.3 – Estudos prévios sobre variação em concordância verbal .....	11
2.4 – A reanálise do verbo <i>haver</i> existencial em concordância não normativa...15	
2.4.1 – Português uma língua de sujeito nulo .....	16
2.4.2 – A inversão “livre” do sujeito .....	17
2.4.3 – Os verbos inacusativos e os expletivos.....	18
2.4.4 – O verbo <i>haver</i> existencial .....	21
2.5 – Conhecimento implícito e explícito.....	25
3. <b>O estudo realizado</b>	
3.1 – Questões de investigação e predições.....	29
3.2 – Participantes .....	30
3.3 – Desenho experimental .....	31
3.4 – Análise de dados .....	37
4. <b>Resultados</b>	
4.1 – Resultados globais .....	39
4.2 – Resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo ....	40
4.3 – Resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos.....	42
4.4 – Diferenças entre tarefas .....	43
5. <b>Discussão e conclusões</b> .....	47
6. <b>Referências</b> .....	52
<b>ANEXOS</b>	
Anexo 1 – Ficha de inscrição e questionário sobre o perfil linguístico .57	
Anexo 2 – Lista de itens de teste .....	63
Anexo 3 – Lista 1 .....	68
Anexo 4 – Lista 2.....	70

## **Lista de abreviaturas**

CD – Complemento direto

PE – Português europeu

SFlex – Sintagma flexional

Flex – Flexão

SN – Sintagma nominal

SV – Sintagma verbal

V – Verbo

3SG – Terceira pessoa do singular

3PL – Terceira pessoa do plural

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Perfil sociolinguístico dos participantes .....	p. 31
Tabela 2: Divisão do grupo de participantes e ordem de realização das tarefas .....	p. 32
Tabela 3 Lista de itens por grupo de participantes e ordem de realização das tarefas de juízos de aceitabilidade.....	p. 33
Tabela 4: Número de itens apresentados por variável linguística secundária .....	p. 33
Tabela 5: Quadro resumo dos valores médios obtidos nas duas tarefas realizadas no estudo .....	p. 39
Tabela 6: Quadro resumo simplificado dos resultados obtidos nas duas tarefas realizadas no estudo .....	p. 44



## 1. Introdução

A presente dissertação centra-se no estudo da variação na concordância com o verbo *haver* impessoal, na aceção de “existir”, uma vez que, apesar de ser um verbo, normativamente, impessoal transitivo direto, é possível encontrar dados empíricos em que manifesta concordância com o seu complemento. Há também outras estruturas que apresentam variação em concordância e que têm sido estudadas, nomeadamente a variação na concordância verbal entre a terceira pessoa singular (doravante 3SG) e a terceira pessoa plural (doravante 3PL) em coocorrência com um argumento plural e que foram objeto de estudo de Cardoso, Carrilho e Pereira (2011). As autoras colocam a hipótese de que, entre outros fatores, a existência de dois tipos de expletivos poderá explicar a variação na concordância nas estruturas que analisaram. Martins (2012) também identifica contextos sintáticos nos quais se verifica variação na concordância sujeito-verbo, entre 3SG e 3PL. Entre outras, a autora descreve a variação na concordância sujeito-verbo resultante da ambiguidade na identificação do sujeito frásico e aponta diversos fatores para esta ambiguidade, entre eles a variação com os sujeitos pronominais (nulos ou expressos) que retomam um constituinte topicalizado. A autora demonstra também que a concordância no singular com o pronome que retoma um SN plural é possível porque é o pronome que assume o papel de sujeito e que determina a forma de concordância sujeito-verbo.

A estrutura com o verbo *haver* impessoal encontra-se em variação no sistema, mas de acordo com os instrumentos de normalização linguística (gramáticas e dicionários) ocorre em estruturas impessoais, não concordando com o seu argumento interno. Segundo Duarte (2008), a escola tem um papel crucial na transmissão da norma, mas entre aquilo que é ensinado nas escolas e as produções que os falantes realizam existe, por vezes, um fosso. Temos, por um lado, o conhecimento que os falantes têm da estrutura com o verbo *haver* impessoal, o conhecimento que requer um processamento deliberado, controlado e consciente da informação – conhecimento explícito –, e, por outro lado, a representação implícita que os falantes têm, o conhecimento acedido de forma espontânea, inconsciente, associado a um processamento automático – o conhecimento implícito –, e este pode ou não estar de acordo com a norma (Hulstijn, 2005; Ellis, 2009).

Tendo em vista a breve introdução acima, os objetivos principais deste trabalho são: (i) perceber como é que os falantes avaliam as construções com e sem concordância; (ii) verificar se as construções não normativas estão integradas na gramática implícita dos

falantes; (iii) perceber quais os fatores que condicionam a variação na concordância; (iv) perceber se os falantes aceitam as construções não normativas e se essa aceitação depende do tipo de tarefa - com pressão de tempo (mobilização de conhecimento implícito) vs. sem pressão de tempo (possibilidade de recorrer a conhecimento explícito). Por forma a tentar alcançar este último objetivo, realizámos um estudo de aceitabilidade com falantes nativos de português europeu (doravante PE). Para além disso, pretende-se explorar a dicotomia entre conhecimento implícito e explícito, ao analisar se existem diferenças nos juízos dos participantes quando submetidos, por um lado, a uma tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos e, por outro lado, quando realizam uma tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo. As tarefas de juízos de aceitabilidade rápidos exigem um maior esforço de processamento e não dão tempo ao participante para reanalisar a frase completa nem para aceder ao seu conhecimento explícito, o que o força a recorrer essencialmente ao seu conhecimento implícito. Em contrapartida, nas tarefas de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo, o participante tem tempo para reanalisar a frase e aceder ao seu conhecimento explícito (Bader & Haüssler, 2010; Bowles, 2011; Ellis, 2005; Godfroid et al, 2015). No contexto da consultoria e revisão linguística, procuraremos perceber até que ponto a construção não normativa já está integrada na gramática implícita dos falantes.

Assim, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo 2, abordamos os conceitos de revisão e revisor; falamos sobre norma e variação e sobre conhecimento implícito e explícito; descrevemos as propriedades do verbo *haver*; e sintetizamos trabalhos que já trataram de variação na concordância verbal. No capítulo 3, apresentamos as questões de investigação, predições e metodologia do presente estudo. O capítulo 4 apresenta os resultados. Por último, no capítulo 5, discutimos os resultados obtidos e apresentamos as conclusões.



## **2. Enquadramento teórico**

Para poder sustentar teoricamente este trabalho, nas próximas secções abordamos os temas relevantes para este estudo.

### ***2.1 – A revisão e o revisor***

O revisor é habitualmente visto como aquele que corrige grialhas, pontuação, verifica concordâncias, simplifica estruturas complexas e de difícil entendimento (Pacheco, 2013). A ideia geral é que cabe ao revisor a identificação de problemas, a sua correção e fundamentação ao abrigo da norma e com base em instrumentos de normalização (Pacheco, 2013). No entanto, esta visão redutora do papel do revisor, “como gramaticista, normalizador e fiscal da língua” (Rocha, 2012, p. 61), tem vindo a mudar e a ser reconstruída, e uma perspetiva mais abrangente tem vindo a ser adotada. Esta nova perspetiva olha para a revisão como uma atividade de leitura crítica: o revisor lê, relê, analisa, procura informação, tenta entender o assunto e a intenção do autor do texto (Rosa e Gonçalves, 2013). Marques (2014) acrescenta que esta atividade de leitura crítica tem como objetivos a melhoria da qualidade do texto e a facilitação da comunicação entre o autor e o público-alvo, “resolvendo problemas existentes do ponto de vista formal, organizacional ou informacional” (Marques, 2014, p. 17), sugerindo alternativas, adições, supressões, substituições ou deslocações. Há também autores que veem a revisão como um processo – porque ao longo da sua execução se realizam procedimentos, técnicas e escolhas – e um produto – porque o texto revisto é em si o resultado de todo o trabalho realizado (Fidalgo, 2014).

Assim, consideramos que o processo de revisão é muito mais do que a correção ortográfica e gramatical, é necessário olhar para o texto como um todo e sob várias perspetivas. Não obstante, este trabalho foca-se na análise de um aspeto da gramática relativamente ao qual se verifica variação, tanto na oralidade, como na escrita. E esta variação, assim como outras presentes na língua, é muitas vezes causadora de dúvidas, tanto naqueles que falam como naqueles cuja função é detetar as produções que divergem daquilo que a gramática descreve (ou prescreve) como sendo a norma. No contexto das atividades de revisão linguística, considera-se que o revisor deve intervir no sentido de corrigir construções que são desviantes relativamente à norma. Há, contudo, áreas de variação na língua que importa conhecer, contribuindo para uma atividade de revisão mais

esclarecida. Neste trabalho, procura-se investigar os padrões de concordância com o verbo *haver*, uma possível área de mudança linguística em curso.

Esta secção apresentou diferentes perspetivas sobre o que é a revisão e qual é o papel do revisor. Na secção seguinte descreve-se os conceitos de norma, normalização e norma-padrão, apresenta-se as noções de variedades e variante, bem como os fatores que influenciam e originam a variação linguística e menciona brevemente as diferentes componentes da gramática em que a variação se manifesta.

## 2.2 – Norma e variação

A língua é o nosso veículo de comunicação, é através dela que expressamos o que sentimos, o que pensamos, o que queremos ou não – é através da língua que o ser humano se exprime. E assim como não há duas pessoas iguais, e como nenhuma pessoa é exatamente a mesma em todos os momentos, também a forma como utiliza a língua varia.

A língua portuguesa nasce com o nosso país, no século XII, originária do “latim do Noroeste” e do galego (Castro, 2013, p. 8). Desde o seu “nascimento” até aos nossos dias sofreu muitas alterações e continua a transformar-se a cada dia. A língua portuguesa está viva e faz parte – assim como todas as suas variedades – da identidade do país e do seu património cultural, como dizem Peres & Mória (1995, p. 13) é “um património de valor inestimável, factor de identidade cultural, de preservação e produção de valores que em muito transcendem a mera realidade linguística.”

Fala-se português de norte a sul de Portugal, conseguimos fazer-nos entender e compreendemos aquilo que nos dizem, afinal língua há só uma, como dizem Mateus & Cardeira (2007).

Enquanto falantes de uma língua temos acesso à gramática, aqui entendida como o “conhecimento adquirido e inconsciente dos princípios e regras de uma língua, que permite produzir e compreender enunciados”<sup>1</sup>.

No *Dicionário de Termos Linguísticos* de Xavier & Mateus (1990, p. 260) encontramos a definição de norma como sendo o

---

<sup>1</sup> Porto Editora – *gramática* no Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consultado 2021-11-16 12:03:54]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/gramatica>

termo genericamente usado na linguística designando a prática-padrão do discurso oral ou escrito. Normas de diferentes grupos podem entrar em conflito e regras normativas podem ser impostas por um grupo a outro. O conjunto dessas regras é conhecido por “gramática normativa”. A linguística, em contraste com a atitude prescritiva, enfatiza a descrição dos usos e variedades linguísticas.

Aqui a norma corresponde àquelas que serão as opções linguísticas consideradas corretas em contextos de usos mais institucionais da língua – norma-padrão – e corresponde à variedade das classes sociais mais cultas dos centros urbanos de maior influência. Esta conceção tem por base critérios de carácter social (Mateus, 2005, pp. 14-15), pois todas as variedades, quando consideradas sob um ponto de vista estritamente linguístico, “têm idêntico interesse e dignidade enquanto objetos de estudo, uma vez que todas elas são sistemas organizados por uma gramática” (Peres & Mória, 1995, p. 35). Ou seja, o prestígio e a legitimidade da variedade considerada norma não derivam de nenhuma qualidade linguística intrínseca.

A gramática normativa não descreve o uso que os falantes fazem da língua, antes regula; não considera as realizações concretas dos falantes, antes idealiza um conjunto de opções linguísticas que se crê serem as corretas; tem um carácter abstrato e idealizado quando comparada com as produções concretas dialetais, socioletais ou idioletais.

Como em outras línguas, também na língua portuguesa uma variedade, de entre as muitas faladas no país, é reconhecida como norma-padrão. Esta, por razões extralinguísticas, ou como diz Segura (2013, p. 86) “por contingências históricas, políticas e sociais”, impõe-se como variedade de prestígio, torna-se referência, e é instituída como modelo a adotar em contextos de uso mais institucional da língua. Em Portugal esta variedade é normalmente associada ao centro de poder do país e corresponde ao falado entre Lisboa e Coimbra, é adotada no ensino, utilizada na escrita formal e transmitida nos meios de comunicação social (Raposo *et al.*, 2013a). E é em relação a esta que as outras “variantes<sup>2</sup> podem ser contrastadas e posicionadas” (Faria, 2003, pp. 34-35). Castro (2003, p. 2) afirma que “a norma portuguesa dotada de maior vitalidade e capacidade de fazer adeptos é a que transmitem os jornais, a rádio e a televisão” e Faria (2003, p. 34) concorda ao afirmar que a “utilização normativa do padrão tem sido

---

<sup>2</sup> Neste trabalho utiliza-se o termo ‘variante’ para as alternativas linguísticas e o termo ‘variedade’ para o sistema. No entanto, alguns dos autores citados utilizam variante como sinónimo de variedade.

apresentada como prestigiante em alguns dos meios de comunicação e nas situações mais formais e institucionais”.

Mas as nossas produções linguísticas, enquanto falantes de uma língua, são fortemente condicionadas pelas circunstâncias. A melhor forma de o explicar será, talvez, através da exemplificação. Enquanto advogado um falante de uma qualquer língua faz uso de uma norma linguística quando fala com um par, de outra norma quando comunica com um cliente – *normas profissionais* – e ainda de uma outra norma quando está em casa com a família – *normas familiares*. Ou seja, aqui a norma é entendida como “a soma dos usos histórica e socialmente consagrados numa comunidade e adotados como um padrão que se repete” (Azeredo, 2008, p. 63). Cada uma destas normas terá características específicas e propriedades linguísticas que as tornam adequadas ao contexto de produção, seguem convenções, e, em alguns casos, requerem o uso de terminologia especializada. Pode encontrar-se esta aceção de norma em Azeredo (2008, pp. 62-66) e em Mateus & Cardeira (2007, pp. 25-26). Podemos aqui enquadrar o que dizem Cunha & Cintra (2017, pp. 5-8), quando referem que idealmente o conceito linguístico de norma é aquele que contém uma dose de liberalismo gramatical. Em cada sistema linguístico há necessariamente um código – uma norma – reconhecido por todos, mas há igualmente a expressão individual de cada falante.

Do mesmo modo que a língua não é imutável também o conceito de “prestígio” se vai alterando com o passar do tempo, e o que é numa dada altura considerado como padrão pode não o ser noutra. As normas linguísticas são “sensíveis às mudanças e elas próprias mudam” (Faria, 2003, p. 35); a norma é, assim, uma convenção e como tal pode mudar ao longo do tempo. Segundo Gonçalves (2005, p. 86), de um modo geral, aceita-se que, sendo um processo contínuo, a padronização comporta vários estágios, “que vão desde a fase de seleção da norma até à fase da sua codificação em dicionários e gramáticas (prescritivas)”.

Para Milroy & Milroy (2012), a ideia de normalização está diretamente ligada à noção de que a língua deve ter uma eficiência funcional. Ou seja, deve ser utilizada e compreendida por todos da mesma forma, com a máxima eficiência e de modo a evitar mal-entendidos (p. 19). O processo de normalização linguística elimina, assim, a margem de variabilidade presente nas línguas vivas, o que leva, conseqüentemente, a que seja possível observar nas variedades não-normalizadas uma maior variabilidade. Os autores afirmam ainda que as variantes não-normalizadas não são apenas usos degradados de

normas; é possível demonstrar que são gramaticais nos seus próprios termos (pp. 6-7). Esta descrição vai ao encontro do que diz Vergílio Ferreira (1983, p. 49) ao explicar que se impede a compreensão da mensagem quando se ultrapassam certas barreiras, uma vez que o código da língua pode “deixar de ser reconhecível”. Nos casos em que uma construção linguística não respeita as normas da variedade a que pertence, é considerada um desvio (Peres & Mória, 1995, p. 41) e deixa de poder ser integrada na comunidade linguística que suporta essa variante. O conceito de desvio não é consensual (Mória, 2010; Mateus, 2010; Prada, 2007; Camelo, 1997) e faz correr muita tinta; no entanto, não podemos ignorar que há enunciados que rompem com a estrutura linguística da variedade da qual supostamente fazem parte. Assumimos neste trabalho a noção de desvio apresentada por Peres & Mória (1995). Segundo os autores, falamos de desvios quando estes não são aceites nem integrados (pelo menos totalmente) pela comunidade linguística da qual supostamente fazem parte, por romperem com o que é aceite numa determinada variedade, quando não se encontram justificações no sistema linguístico para as suportar.

A norma-padrão do PE, como já foi referido anteriormente, é associada à variedade falada na zona entre Lisboa e Coimbra, mas a língua portuguesa tem uma grande difusão, encontra-se espalhada por diferentes continentes, possui já duas normas linguísticas nacionais (portuguesa e brasileira) codificadas e descritas através de gramáticas, dicionários, prontuários, entre outros instrumentos. E, de acordo com Gonçalves (2005), com a emergência das normas angolana e moçambicana, esse número poderá vir a aumentar.

Através da língua pode identificar-se, com maior ou menor precisão, a região de um país da qual uma pessoa é oriunda, o seu nível de instrução, a sua profissão, ou até a sua idade. Ninguém fala com os filhos da mesma forma que fala com um colega de trabalho; ninguém fala da mesma forma em público, ou no conforto e segurança do seu lar. O uso que se faz da língua é diversificado, adapta-se e varia de acordo com a situação, com o interlocutor, com o registo, ou com os objetivos que se pretendem atingir.

A variação mostra que as línguas são “entidades altamente diversificadas”, estando “na origem da existência de dialetos” (Raposo *et al.*, 2013a, p. XXV). Assim, sendo a língua-padrão em si uma variedade a par de outras, continua a existir dentro dela variação, uma vez que “o vocabulário, as regras e os princípios gramaticais dos indivíduos que falam o mesmo dialeto nunca são exatamente idênticos” (Raposo *et al.*, 2013a, p. XXV). Mas, apesar de toda a diversidade de dialetos, existem “princípios e regras

gramaticais que se aplicam à língua de maneira geral” (Raposo et al, 2013a, p. XXVII) e que são seguidos pela generalidade dos falantes, facilitando a intercompreensão e contribuindo para a coesão linguística da comunidade.

Do mesmo modo que uma árvore tem um só tronco e se abre e se espalha pelos múltiplos ramos e galhos e folhas e flores, cada um seguindo a sua direção, influenciado pelas características do local onde se encontra e sob a influência das circunstâncias e dos condicionamentos que encontra no seu caminho, também a língua se ramifica e cresce e se desenvolve em várias direções, ligada e dependente do mesmo núcleo. As variações linguísticas são, então, as ramificações naturais de uma língua, que diferem, são contrastadas e posicionadas em relação àquela que no momento for considerada a norma-padrão.

São diversos os fatores que exercem influência, e que originam esta diversificação linguística. A língua varia no decorrer do tempo (variação diacrónica), à semelhança do que se observa na mudança dos conceitos de vida de uma sociedade, na evolução na ciência, na filosofia e nas artes. Varia em função da região geográfica (variação diatópica), como se pode constatar pela existência de duas variedades nacionais (de Portugal e do Brasil) e pelas diferentes variedades dialetais – ou dialetos – presentes no território nacional português. Varia dentro das próprias variedades dialetais ao apresentar variedades decorrentes de diferentes grupos sociais (variação diastrática), aqui são observadas diferenças tendo em conta grupos etários, contextos socioculturais, socioprofissionais. Entre outros, estes socioletos são então variedades linguísticas partilhadas por um grupo social e que apresentam diferenças no léxico, na pronúncia, na morfologia e na sintaxe. A língua varia até no mesmo falante dependendo da situação de comunicação em que se encontra (variação diafásica), uma vez que os falantes adaptam o seu registo de língua às circunstâncias de produção. Além disso, cada falante tem a sua maneira muito própria de usar a língua – o seu idioleto (Mateus, 2005, p. 5-11).

Peres & Mória (1995) afirmam que não se pode olhar para as línguas naturais como “sistema[s] monolítico[s] de possibilidades”, pois todas elas incluem margens de variação, principalmente nos planos lexical, sintático, fonético e fonológico. Estas margens de variação são tanto maiores ou menores conforme “o número de falantes e a sua dispersão geográfica”. Sendo uma língua composta por diversas variedades, que variam entre si em muitos aspetos, estas têm em comum “um forte núcleo lexical, sintático e fonológico” (p. 19). Pode distinguir-se uma variedade de uma língua ao

associar “um conjunto de características particulares” ao “núcleo de características centrais dessa língua – lexicais, sintáticas e fonológicas” (p. 34).

Há um consenso quando se fala em variação linguística, um ponto em que muitos autores convergem: a variação é parte integrante da língua, é primordial à sua existência, essencial para a sua sobrevivência. Faria (2003, p. 34) afirma que “a existência de variantes e variedades de um dado sistema linguístico constitui uma mais-valia para a própria língua”, que a “diversidade no interior de uma língua é, pois, uma realidade a preservar e defender, uma vez que é factor constitutivo da própria história da língua, nos locais onde é utilizada”. Na visão de Ferreira *et al* (1996), é através da diversidade que a língua vive. Castro (2006, p. 32) declara que “a norma e a existência de variedades – a variação – são parceiras no destino das línguas”. Theodora Bynon (apud Marquilhas, 1996, p. 583) diz haver “muitas provas a sugerir que a variação sincrónica na comunidade falante constitui precisamente o meio através do qual progride a mudança linguística, com as pressões sociais a dirigir a promoção e despromoção (e assim a sobrevivência ou morte) de variantes alternativas”. Para Santos (2011, p. 29), a língua pertence aos indivíduos de uma comunidade linguística, é através dela que essa mesma comunidade percebe o mundo que a rodeia, e por este motivo “a língua não pode ser imutável”, antes tem de estar em constante evolução, à semelhança “do organismo que a criou é um fenómeno social e cultural, (...) é a expressão de indivíduos que vivem em sociedades diversificadas social, cultural e geograficamente”.

A variação decorrente dos fatores de mudança a que todas as línguas vivas estão sujeitas “faz parte integrante da linguagem humana e pode ser estudada e descrita” (Ferreira *et al* 1996, p. 479). Estes fatores de mudança que desencadeiam a variação e a mudança nas línguas tanto podem ser de natureza interior como exterior: o permanente contacto “com outras línguas e com outras realidades, sociais, culturais e políticas é uma das principais causas de mudança e da variação, uma causa exterior que provoca alterações internas”; na mudança interna pode apontar-se, por exemplo, os fenómenos fonéticos de supressão de consoantes e vogais (Mateus, 2005, pp. 11-13).

Como vimos, não são estritamente linguísticos os “factores que determinam a diferenciação de variantes de uma língua” e quer sejam de ordem geográfica, sociocultural, ou outra, estes fatores não exercem a sua ação separadamente, pelo contrário “actuam em confluência, gerando [...] diferentes variantes [...] adentro de uma variante” (Peres & Mória, 1995, pp. 34-35). Uma variante linguística ganha este estatuto

ao “subsistir numa comunidade linguística”, por apresentar estabilidade ao longo do tempo e por ser reconhecida pela comunidade linguística (idem, ibidem). Efetivamente, a variação não é desordenada, apresenta sistematicidades, relaciona-se com fatores linguísticos e não linguísticos. Assim, a verificação da existência de variação dentro de um sistema linguístico leva à identificação de diferentes variedades (dialetais, diastráticas, diafásicas) cuja descrição e caracterização pressupõe a identificação de variantes (e.g. sintáticas, lexicais, fonéticas) a partir da identificação de variáveis linguísticas ou extralinguísticas.

Parafraseando Faria (2003, p. 37), as variações diacrônicas próprias das línguas naturais não são casuais, a mudança é um processo que leva o seu tempo e que é observável e passível de ser descrito, quer seja a nível fonológico, morfológico ou sintático.

Muitas vezes, a variação sincrónica da língua antecede e está na origem de uma mudança linguística. Mas nem sempre “as inovações linguísticas” que ocorrem numa época estabilizam e ficam registadas, nem sempre os desvios se tornam norma (Marquilhas, 2013, p.22), todavia, porque os falantes incorporam no uso que fazem da língua a variação linguística, a mudança de “alguns parâmetros da língua” tenderá a acontecer (Faria, 2003, pp. 34-35).

Em relação à variação linguística no domínio da sintaxe, que é o foco deste trabalho, podem encontrar-se vários estudos, apesar de mais tardios do que os estudos nos domínios fonético e lexical, que atestam a variação dialetal neste domínio da gramática.

Podemos referir o estudo de Cardoso, Carrilho & Pereira (2011), no qual é analisada a variação na concordância verbal entre 3SG e 3PL, e o estudo de Martins (2012), no qual a autora identifica contextos sintáticos em que se verifica variação na concordância sujeito-verbo, uma vez que esta ocorre tanto na 3SG como na 3PL.

Entre outros, um exemplo de variação sociolinguística no domínio da sintaxe são as orações relativas com estratégia cortadora. Pode atestar-se o seu uso em textos jornalísticos (cf. Peres & Mória, 1995) ou literários (cf. Veloso, 2013). Em relação a esta variação, Veloso (2013) afirma que a realização oral destas estruturas no português confirma a sua disponibilidade na gramática da língua. A esta conclusão chega também Espírito Santo (2020), quando afirma que a aceitação ou não destas construções por parte dos falantes pode demonstrar a existência de duas gramáticas em competição.



Outro exemplo de variação linguística no domínio da sintaxe são as construções com o verbo *haver* existencial. Verifica-se com este verbo a ocorrência de construções paralelas no que se refere à concordância em número com o seu complemento (entre 3SG e 3PL). É no estudo deste aspecto de variação sintática, em particular, que esta dissertação se vai focar.

Assim, norma e variação são apresentadas como lados inversos de uma moeda – a língua, logo indissociáveis. Sendo a norma o registo consagrado e que dota o sistema linguístico de alguma estabilidade, por seu lado, a variação concede-lhe vivacidade e uma permanente atualização. Se o processo de normalização tem como finalidade encontrar um ideal – norma-padrão, manter a uniformização necessária para que o entendimento não se perca, a variação vive nos falantes e espelha as diferenças: dos indivíduos, dos grupos onde estão inseridos, das diferentes situações e intenções comunicativas.

Na secção seguinte apresenta-se alguns estudos prévios sobre concordância verbal não normativa em PE.

### *2.3 – Estudos prévios sobre variação em concordância verbal*

De um modo geral, a concordância verbal é a relação estabelecida entre o sujeito e o verbo de uma oração. O pressuposto básico desta concordância é que o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito. Mas, como vimos na secção anterior, a variação linguística ocorre em todos os domínios da gramática e a variação na concordância verbal não é exceção.

Cardoso, Carrilho & Pereira (2011) investigaram a variação na concordância verbal entre a 3SG e a 3PL em “coocorrência com um argumento plural que, na variedade padrão, concorda com a flexão verbal” (p.136), como podemos ver nos exemplos (1) e (2).

- (1) [-] **nascia** umas certas ervas.
- (2) [-] **nasciam** umas certas ervas.

(Cardoso, Carrilho & Pereira, 2011, p. 151)

Os dados analisados pelas autoras nesta investigação foram extraídos do *corpus* CORDIAL-SIN<sup>3</sup>. Através de uma análise qualitativa dos dados empíricos recolhidos e com o foco no tipo de verbo e no tipo de construção no qual 3SG ocorre com um argumento plural, as autoras demonstram que esta variante sintática não normativa ocorre, em maior proporção, em correlação com condições sintáticas particulares, principalmente em construções do tipo inacusativo (75%), tanto com verbos inacusativos, como com copulativos, modais ou aspetuais, entre outros. Referem também a possível correlação entre a posição pós-verbal do sujeito e a construção não-padrão com 3SG, uma vez que, em mais de 80% dos casos de não concordância, o sujeito se encontra em posição pós-verbal. Esta correlação também já tinha sido assumida em Varejão (2006) e em Naro & Scherre (2007). As autoras sugerem ainda que a existência de dois tipos de expletivos poderá explicar este tipo de variação na concordância e apresentam contrastes entre os expletivos *there* e *it* do inglês, bem como o funcionamento do expletivo *il* em francês. Como as autoras fazem notar, existem diferenças nos traços destes expletivos. O expletivo *there* (3) do inglês funciona como um expletivo puro e não tem traços de pessoa e número que desencadeiem a concordância com o verbo, pelo menos de acordo com a norma, ao passo que com o expletivo *il* (4) do francês, assim como com o *it* do inglês, a concordância faz-se com o expletivo e não com o sintagma nominal (doravante SN), uma vez que estes expletivos têm traços de pessoa e número.

- (3) a. There **come** many proposals.  
b. \*There **comes** many proposals.

- (4) Il **est arrivé** des problèmes.

(Cardoso, Carrilho & Pereira, 2011, pp. 150-151)

As autoras assumem que nos casos de concordância não normativa 3SG, nas construções que investigaram, há um expletivo na posição do sujeito que desencadeia a concordância com o verbo, à semelhança do que acontece com o *il* e com o *it*, mas sem conteúdo fonético. Ou seja, as construções não normativas investigadas diferem das

---

<sup>3</sup> CORDIAL-SIN é um corpus com transcrição de fala espontânea ou semidirigida de falantes de diferentes dialetos do PE.

normativas por não se verificar concordância entre o verbo e o argumento pós-verbal, mas antes com um expletivo não foneticamente realizado com traços 3SG, como vemos no exemplo em (1). Pelo contrário nas construções normativas a concordância verbal será verificada no SN com associação a um expletivo nulo defetivo, à semelhança do *there* do inglês, como vemos em (2). Avançam, ainda, que a variação na concordância pode ser atribuída à variação lexical relativamente à disponibilidade variável dos diferentes tipos de expletivos (nulos) nas variedades do PE.

Martins (2012) também identifica contextos sintáticos em que se verifica variação na concordância sujeito-verbo, uma vez que esta ocorre tanto na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular como na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural. Nos exemplos apresentados pela autora, a concordância dá-se ora com os SN plurais (5) (sujeito simples ou sujeito composto), ora com um pronome (6) (nulo ou realizado) que retoma os SN topicalizados e que é associado ao valor singular.

(5) Peras em vinho são a minha sobremesa favorita.

(6) Peras em vinho, [pronome nulo] é a minha sobremesa favorita.

(Martins, 2012, p. 210)

Neste estudo, a autora descreve, entre outras, a variação na concordância sujeito-verbo decorrente da ambiguidade na identificação do sujeito frásico (sujeitos simples interpretados como sujeitos compostos e vice-versa). A autora aponta diversos fatores para esta ambiguidade na identificação dos sujeitos frásicos, entre eles a variação com os sujeitos pronominais (nulos ou expressos) que retomam um constituinte topicalizado. Esta variação, apesar de não ser esperada, tendo em conta as regras apresentadas pela autora para a concordância sujeito-verbo, não deixa de ser compatível com essas mesmas regras.

A autora demonstra também, comparando o português com o francês (uma língua que não admite sujeitos nulos), que a concordância no singular com o pronome que retoma um SN plural é possível porque é o pronome – realizado fonologicamente ou não – que assume o papel de sujeito e que determina a forma de concordância sujeito-verbo. E esta concordância com um pronome nulo só é possível porque o português é uma língua

marcada positivamente para o parâmetro do sujeito nulo. Por outro lado, no francês, uma língua que não admite sujeitos nulos, o pronome demonstrativo neutro tem obrigatoriamente de estar realizado quando a concordância verbal se realiza no singular, como demonstram os exemplos em (7).

(7) *a.* Les poires, c'est mon dessert favori.

*b.* \*Les poires est mon dessert favori.

(Martins, 2012, p. 210)

Como vimos, há vários fatores que podem interferir na variação na concordância: entre outros, a posição do sujeito e o tipo de sujeito. A variação morfofonológica é também um fator que tem sido descrito na literatura (Scherre & Naro, 1998), não necessariamente para as construções com o verbo *haver*, mas para outras construções em que há variação na concordância em número, como sendo também um fator de peso. Ao analisarem a variável saliência fônica, os autores constataam que o nível de saliência fônica na oposição singular - plural é relevante e condiciona a ocorrência da concordância verbal. De acordo com os autores, as formas verbais que apresentam maior saliência fônica são mais propícias à marcação explícita da pluralidade do que aquelas que apresentam uma menor saliência fônica. Ou seja, a oposição de segmentos fonéticos não acentuados, como os apresentados em (8), desfavorece a concordância; e a oposição de segmentos fonéticos acentuados, como os apresentados em (9), favorece a concordância.

(8) *a.* Eles **ganha** demais po que eles fayz.

*b.* Eles **ganham** demais da conta.

(9) *a.* Os filho **tá** pedindo dinheiro.

*b.* Eles **tão** bem intencionados.

(Scherre & Naro, 1998, pp. 511-512)

A secção que se segue dará conta de explicar o funcionamento do verbo *haver* no seu sentido existencial, assim como a sua prescrição de uso. Antes, porém, como há fatores que podem ser relacionados com as variações existentes na língua, abordará alguns dos fatores que permitiram um melhor entendimento do funcionamento do verbo *haver* existencial: os sujeitos nulos; as ordens de constituintes frásicos possíveis em PE; os verbos inacusativos e os expletivos.

#### **2.4 – A reanálise do verbo *haver* existencial em concordância não normativa**

Como já foi referido, o foco desta dissertação é um caso de variação linguística no domínio da sintaxe: a variação sintática no PE nas construções com o verbo *haver* no sentido existencial, nas quais se verifica, tal como nas construções referidas anteriormente, variação entre estruturas com e sem concordância verbal.

De acordo com Marquilhas (2013), na generalidade das línguas, a área da sintaxe é aquela que mais frequentemente sofre processos de reanálise. Por vezes, os falantes reanalisam frases estruturalmente ambíguas atribuindo-lhes estruturas inovadoras, iniciando, assim, mudanças que alteram a gramática da língua.

Segundo Viotti (2011, p. 44), o verbo *haver* entra no português podendo ocorrer sob três formas:

– como verbo predicativo, “com uma rede temática esvaziada, realizando construções predicativas genéricas”. A autora afirma que, no latim pós-clássico, há registos de construções em que *habere* aparece com sujeito inanimado, com um sentido próximo ao do verbo *conter*.

– como verbo existencial, sem atribuir papel temático à posição de sujeito, na realização de construções existenciais. Segundo a autora, este tipo de construção desenvolveu-se mais no período do latim vulgar e ocorria em alternância com construções de sujeito locativo inanimado.

– como verbo auxiliar de perífrases aspeto-temporais, tendo, assim, uma função mais gramatical e menos lexical.

Marquilhas (2013) diz que na Idade Média ou no latim o verbo *haver* tinha o comportamento sintático de um verbo locativo, utilizado no sentido de posse (10),

diferente daquele que tem no português de hoje realizado em construções descritas como existenciais (11).

(10) Africam initio *habuere* Gatetuli.

(A África, no início, pertencia aos Getúlios.)

(11) Há leões em África.

(Marquilhas, 2013, pp. 40-41)

Como vimos, pelos resultados dos estudos prévios sobre concordância verbal sujeito-verbo apresentados na secção anterior, é possível relacionar as variações existentes na língua com uma variedade de fatores: a possibilidade de ocorrência de sujeitos nulos, a ordem dos constituintes frásicos, a ocorrência de construções sintáticas particulares, a existência variável de dois tipos de expletivos, entre outros. Assim, antes de nos debruçarmos sobre o comportamento do verbo *haver* existencial em construções não normativas do PE, importa abordar, brevemente, estes fatores.

#### 2.4.1 – Português – uma língua de sujeito nulo

As línguas naturais diferem quanto à possibilidade de omitir o sujeito gramatical em orações finitas (cujo verbo é flexionado com marcas de tempo/modo/aspecto e de pessoa/número).

No caso do PE, a língua aqui relevante, esta pode ser considerada de sujeito nulo clássica (ou consistente), uma vez que (i) tem propriedades morfológicas ricas, que permitem legitimar sujeitos nulos, (ii) aceita a inversão do sujeito, (iii) admite sujeitos nulos, que podem ser referenciais ou expletivos e (iv) não manifesta efeitos *que*-vestigio. (Lobo, 2016; Duarte & Silva, 2016).

Assim, o PE, bem como todas as línguas românicas, à exceção do francês moderno, permite a não realização fonética do sujeito, como se comprova pelos exemplos em (12). No entanto, em outras línguas como o inglês, o francês e o alemão, a realização do sujeito é obrigatória, como podemos constatar nos exemplos apresentados em (13).

- (12) a. Eu fui ao cinema. / [-] Fui ao cinema  
 b. Io sono andato al cinema. / [-] Sono andato al cinema.  
 c. Yo he ido al cine. / [-] He ido al cine.
- (13) a. I went to the movies. / \*[-] Went to the movies.  
 b. Je suis allé au cinéma. / \*[-] Suis allé au cinéma.  
 c. Ich bin zum Kino gegangen. / \*[-] Bin zum Kino gegangen.

(Lobo, 2013, pp. 2309-2310)

Convém ressaltar que, de acordo com o Princípio de Projeção Alargado, a posição de sujeito é obrigatória na frase, ou seja, mesmo não estando realizada lexicalmente, assume-se que está representada formalmente por meio de uma categoria vazia [pro].

Na próxima secção apresenta-se brevemente as ordens de constituintes frásicos possíveis em PE.

#### *2.4.2 – A inversão “livre” do sujeito – As ordens de constituintes frásicos possíveis em PE*

Segundo Lobo (2013), para além da possibilidade de omissão do sujeito pronominal, várias outras propriedades têm sido associadas às línguas de sujeito nulo, entre as quais se encontra a possibilidade de inversão de sujeito.

De facto, as línguas apresentam diferentes ordens básicas de palavras e uma mesma língua pode apresentar, para além da ordem básica, diversas ordens derivadas. Ambar (1992, p. 45) define ordem básica como “aquela que não exige a presença de uma qualquer condição estrutural”, ou seja, a “combinação *nua* dos elementos S(ujeito), V(erbo), O(bjeto) – aquela em que estes elementos não ocorrem associados a outros constituintes”, Martins & Costa (2016, p. 372) descrevem-na como aquela que “ocorre com mais frequência em frases declarativas simples e, em geral, é sentida pelos falantes como natural em frases descontextualizadas, dependendo menos que outras ordens dos constituintes frásicos de contextos pragmático-discursivos ou fatores lexicais e morfossintáticos particulares.”

Em PE, como nas demais línguas românicas, predomina a “ordem direta”, isto é, os termos da oração dispõem-se preferencialmente na sequência: SVO (Cunha & Cintra, 2017). Das combinações possíveis de termos S, V e O resultam seis padrões de ordem nas línguas naturais: SVO, VSO, SOV, OSV, OVS e VOS. No caso do PE são possíveis as seis ordens, resultantes das diferentes combinações dos constituintes frásicos, mesmo que descontextualizadas.

No entanto, apesar da aparente liberdade na linearidade dos constituintes, tal não significa que a ordem dos constituintes seja livre em português (Martins & Costa, 2016). Como podemos observar nos exemplos dados em (14), apenas (14a) não depende da coexistência de qualquer elemento de natureza sintática, semântica, pragmática ou prosódica (Ambar, 1992).

- (14) a. A Joana comeu a sopa. (SVO)  
b. Ontem a Joana comeu a sopa. (SVO)  
c. Ontem comeu a Joana a sopa. (VSO)  
d. A Joana, a sopa, comeu. (SOV)  
e. A sopa, a Joana comeu. (OSV)  
f. A sopa, comeu a Joana. (OVS)  
g. Comeu a sopa, a Joana. (VOS)

(Ambar, 1992, p. 44)

Na secção seguinte descreve-se, de forma simplificada, as categorias verbais, pertinentes para o escopo desta dissertação.

#### *2.4.3 – Os verbos inacusativos e os expletivos*

Temos, por um lado, os verbos pessoais, que se caracterizam por selecionarem um argumento externo, com função sintática de sujeito, e que desencadeiam a concordância em pessoa e número com o verbo; e, por outro, os verbos impessoais, que não selecionam um argumento como sujeito, podem ou não selecionar argumentos internos, que concordam com o sujeito expletivo e, por isso, têm sempre a forma defeito 3SG. Convém também referir a distinção feita entre verbos transitivos e verbos intransitivos. Os



primeiros selecionam um argumento interno com a função sintática de complemento direto e podem ou não selecionar outros complementos; os segundos não selecionam um argumento com função de complemento direto, mas podem ou não selecionar outros complementos.

Importa agora mencionar a classe dos verbos intransitivos pessoais, ou seja, aqueles que selecionam um argumento externo sujeito e não selecionam um argumento interno complemento direto. Nesta classe de verbos aplica-se uma divisão funcional entre aqueles que são inergativos e os que são inacusativos, sendo que o que os distingue são as propriedades diferenciadas do argumento que se realiza como sujeito. Vejam-se os exemplos em (15).

- (15) a. O menino correu.  
b. O menino caiu.

(Exemplos construídos)

Em ambas as frases, temos um verbo com um único argumento e esse argumento funciona como sujeito gramatical com caso atribuído pela flexão. Mas, apesar de pertencerem os dois à classe dos intransitivos, as propriedades que os sujeitos apresentam são diferentes. Temos em (15a) um sujeito com papel temático de agente e em (15b) um sujeito com papel temático de tema. Assim, para a mesma realização sintática, temos diferentes estruturas argumentais: (i) a do verbo inergativo *correr* em que o sujeito é um argumento externo (agente), i.e., gerado na posição de especificador do SV (doravante SV) ( $\underline{x}$  [-]), e (ii) a do verbo inacusativo *cair* em que o sujeito é um argumento interno (tema), i.e., gerado na posição de complemento do SV ([y]), como complemento do verbo. No entanto, apesar da descrição apresentada para esta última estrutura argumental, sabemos que: (i) segundo a Generalização de Burzio (Burzio 1986), um verbo que não atribui papel temático externo não atribui caso acusativo ao argumento interno; (ii) respeitando o Filtro do caso, todos os SN realizados têm de ter caso atribuído; e (iii) de acordo com o Princípio de Projeção Alargado, todas as frases têm sujeito. Então, respeitando o que foi dito anteriormente, e sabendo que o SN “o menino” em (15b) é o argumento sintaticamente sujeito (nomeadamente, por controlar a concordância), o que se verifica nesta construção é a subida do SN sujeito gerado como complemento do verbo

para a posição de especificador do Sintagma Flexional (SFlex), onde recebe caso nominativo, atribuído pelo núcleo funcional Flexão, e satisfaz o Princípio de Projeção Alargado.

Carrilho (2003) diz que o comportamento híbrido (de sujeito e de complemento) do sujeito sintático dos verbos inacusativos tem sido explicado pela necessidade que o argumento interno de verbos inacusativos apresenta de se relacionar com uma posição canónica de sujeito, nestes casos não-argumental, quer seja por movimento explícito (16), quer seja pela relação com um expletivo associado (17), aqui haverá uma relação de concordância entre o expletivo e o SN pós-verbal, que faz com que os traços de concordância acabem por ser verificados por esse SN.

(16) [<sub>SFlex</sub> Os convidados<sub>i</sub> [<sub>Flex'</sub> chegaram<sub>j</sub> [<sub>SV - j</sub> [ - ]<sub>i</sub> ]]]

(17) [<sub>SFlex</sub> expletivo<sup>i</sup> [<sub>Flex'</sub> chegaram<sub>j</sub> [<sub>SV - j</sub> [muitos convidados<sup>i</sup> ]]]]

(Carrilho, 2003, p.168)

A autora refere também que representações como a apresentada em (17) podem ser comparadas à representação de uma frase em inglês como a que se apresenta em (18). No entanto, como o inglês é uma língua de sujeito não-nulo, o expletivo tem de ser foneticamente realizado.

(18) There have arrived many problems.

(Carrilho, 2003, p.169)

Em ambos os exemplos ((17) e (18)), o facto de o verbo concordar com o seu argumento interno revela a natureza defetiva do expletivo.

A secção seguinte dará, por fim, conta de explicar o funcionamento do verbo *haver* existencial.

#### 2.4.4 – O verbo *haver* existencial

Os verbos impessoais, como é o caso do verbo *haver*, caracterizam-se por não selecionarem um argumento externo, i.e., um argumento com a função gramatical de sujeito, e por poderem ou não selecionar complementos. Às orações cujo núcleo é um verbo impessoal dá-se o nome de orações impessoais. Aquilo que distingue o verbo *haver* existencial da grande maioria dos outros verbos impessoais, como *chover* ou *anoitecer*, entre outros, é o facto de ser transitivo direto, ou seja, seleciona um complemento direto. Note-se a possibilidade de ocorrência da construção (19) e a impossibilidade da construção (20), quando consideradas descontextualizadas.

(19) Anoiteceu!

(20) \*Há.

(Exemplos construídos)

De acordo com o quadro de regência que lhe está associado, o verbo pleno *haver* é impessoal transitivo, isto é, não seleciona um argumento com a função de sujeito gramatical, mas, como já vimos, seleciona um argumento interno com a função sintática de complemento direto, sendo este, “semanticamente, um tema do qual se assera a existência” (Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1194). Utiliza-se quando significa ‘existir’, ou quando indica tempo decorrido. É também impessoal a conjugação perifrástica formada com o verbo *haver* existencial e os seus auxiliares, e.g. *ir*, *poder*, *dever*, etc., cabendo ao verbo *haver*, enquanto verbo principal, a seleção argumental, ficando para o seu auxiliar a tarefa de fornecer a informação gramatical de pessoa, número, tempo, modo e aspeto. E é um verbo defetivo por se conjugar invariavelmente na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular (Gonçalves & Raposo, 2013; Mateus et al, 2003). Podemos confirmar que o argumento selecionado pelo verbo *haver* não é o sujeito, uma vez que não desencadeia a concordância pessoa e número. Olhemos para os exemplos em (21) e (22).

(21) *Existiam* muitos animais em casa dos meus avós.

(Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1194)

(22) *Havia* muitos animais.

(Exemplo construído)

Embora os verbos aqui em contraste tenham a mesma aceção, podemos verificar que em (21), com a utilização do verbo *existir*, o argumento tem o comportamento de um sujeito desencadeando a concordância com o verbo, ao passo que em (22), com a utilização do verbo *haver*, o argumento não concorda com o verbo. O argumento de *haver* tem, de facto, as propriedades de um complemento direto, podendo, em certos contextos, ser substituído por um pronome clítico acusativo. Em (23) apresentamos uma construção em que o pronome retoma um SN topicalizado.

(23) Animais de estimação, havia-os em casa dos meus avós.

(Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1194)

Analisando a construção apresentada em (22), seguindo o posicionamento teórico já assumido, segundo o qual as orações impessoais contêm um sujeito não argumental, neste caso um expletivo nulo, teríamos a seguinte estrutura:

[<sub>SFlex</sub> expletivo [<sub>Flex'</sub> Havia<sub>i</sub> [<sub>SV</sub>   <sub>i</sub> [muitos animais]]]].

O verbo *haver* existencial, como já vimos, seleciona um argumento interno com função de complemento, assim como os verbos *doer*, *bastar*, *faltar*, entre outros. No entanto, estes verbos “podem também ser usados pelos falantes como verbos ou locuções verbais pessoais” (por exemplo: Dói-me os rins / Doem-me os rins; Basta três camiões / Bastam três camiões; Falta ainda alguns violinistas / Faltam ainda alguns violinistas) (Raposo, 2013b, p. 2473). Com o verbo *haver* existencial “o português-padrão prefere claramente a concordância verbal em número por defeito, no singular, independentemente do número do argumento interno, sendo (...) estigmatizada pelos falantes mais cultos a (...) concordância regular em número com esse argumento” (Raposo, 2013b, p. 2474).

Não obstante, apesar de considerada marginal, a construção sintática com concordância em número não só “é bastante frequente em registos menos cuidados (...) sobretudo quando o verbo está no pretérito imperfeito do indicativo (...) ou quando ocorre

como verbo pleno (...) em perífrases verbais” (Raposo, 2013b, pp. 2474-2475) como se “encontra (...) em expansão, o que revela a instabilidade gramatical do estatuto impessoal do verbo” (Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1194). Raposo (2013b, p. 2473) realça também que a concordância plural com o verbo *haver* segue aquela que é a “tendência do sistema gramatical”: “evitar orações impessoais com verbos que selecionam um argumento que pode funcionar como sujeito”.

Como vimos, a reanálise do verbo *haver* existencial como sendo um verbo inacusativo, é um fenómeno que pode ser enquadrado com outros fenómenos na língua portuguesa, nos quais também se verifica variação. Pode enquadrar-se o fenómeno do verbo *haver* numa família de construções que envolvem expletivos na posição de sujeito, como vimos nos estudos apresentados por Cardoso, Carrilho & Pereira (2011) e por Carrilho (2003).

A eventual hipótese que esta dissertação pretende avançar é a de que a reanálise do verbo *haver* existencial decorre do facto de o PE ser uma língua positivamente marcada para o parâmetro do sujeito nulo, o que tem sido correlacionado com a possibilidade de ocorrerem sujeitos em posição pós-verbal. E o facto de o português ser uma língua de sujeito nulo faz com que um SN em posição pós-verbal possa ser ambíguo entre um SN acusativo e um SN nominativo (sujeito invertido). Como vimos, segundo a Generalização de Burzio, um verbo que não atribui papel temático externo não atribui Caso acusativo, o que torna o verbo *haver* existencial atípico no sistema, por não ter argumento externo e ainda assim selecionar um complemento direto. A transformação do verbo *haver* num verbo inacusativo vai no sentido de o tornar mais regular e o fazer funcionar como os outros verbos inacusativos em que o argumento interno passa a funcionar como sujeito gramatical e recebe caso nominativo. Ou seja, a estrutura não-normativa aproxima-se mais do que é comum no sistema do que a estrutura normativa e isto leva às construções não-normativas nas quais a estrutura V SN é interpretada como uma estrutura inacusativa. Assim, uma construção com a ordem V SN tanto pode ser interpretada como uma estrutura com V CD como com uma estrutura V S.

Assim, pela descrição apresentada dos verbos inacusativos e do seu comportamento em relação à possível existência de dois expletivos nulos, à semelhança do que se verifica, por exemplo, no inglês com os expletivos *it* e *there*, também no caso do verbo *haver* existencial poderão ocorrer dois expletivos nulos: um com traço de pessoa

e número e que verifica a concordância com o verbo (construção normativa), à semelhança do *il* em francês; e outro que não tem traço pessoa - número e faz uma relação de associação com o SN pós-verbal e é esse SN que acaba por verificar os traços, à semelhança do expletivo *there* em inglês.

Contudo, apesar de haver no português-padrão a preferência pela concordância verbal em número por defeito, na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular, independentemente do número do argumento interno, e de a concordância regular em número com esse argumento ser censurada pelos “falantes mais cultos” (Raposo, 2013b, p. 2474), verifica-se a ocorrência da concordância em número com esse argumento. Esta concordância, até mesmo “na produção de falantes do dialeto-padrão” (Segura, 2013, p. 133), é bastante “frequente em registos menos cuidados (quer orais quer escritos)” (Raposo, 2013b, p. 2474). Assim, apesar de sentida como desviante em relação à norma, é possível encontrar exemplos desta construção, numa publicação de referência, em textos veiculadores da norma-padrão, como mostram os exemplos em (24) retirados do *corpus* CETEMPúblico.

- (24) *a. par=ext20944-soc-93a-1*: Embora tenha sido o primeiro dia, e estivessem ainda em fase de instalação, quase nem se notava que ali **haviam** livros.
- b. par=ext247144-nd-98a-1*: Em vez de três boletins de voto (para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia), **haverão** apenas dois.
- c. par=ext373444-des-93a-2*: Qualquer pessoa de bom senso sente que **vão haver** muitos boicotes.
- d. par=ext115762-nd-96a-2*: Com a eleição do dr. Jorge Sampaio, não **poderão haver** contrapoderes ou forças de bloqueio entre órgãos de soberania.

Como já vimos, a estrutura com o verbo *haver* impessoal – objeto de estudo desta dissertação – encontra-se em variação no sistema. Possui uma forma normativa que é ensinada nas escolas, mas também uma forma não normativa que é utilizada pelos falantes e que pode até ser encontrada em textos veiculadores da norma-padrão. Mas a que tipo de conhecimento é que o falante recorre quando utiliza uma das variantes? Na secção

seguinte aborda-se as noções de conhecimento implícito e explícito e as diferenças entre os dois tipos de conhecimento, quanto ao grau de consciência do falante, ao esforço de processamento envolvido no seu uso e à disponibilidade para uso em compreensão e produção espontâneas.

### ***2.5 – Conhecimento implícito e explícito***

O conhecimento linguístico pode ser adquirido de forma natural e inconsciente, através da exposição ao input linguístico, resultando num sistema de conhecimento linguístico implícito, ou aprendido de forma consciente em contextos de ensino formal, tendendo a resultar em conhecimento linguístico explícito. Para que se possam entender as diferentes posturas adotadas perante estes dois tipos de conhecimento, torna-se importante esclarecer as propriedades que os distinguem, assim como verificar a possibilidade de interação entre eles.

O conhecimento implícito é, de um modo geral, apresentado como o conhecimento que os falantes têm da língua e que é adquirido de forma inconsciente, natural, o conhecimento que o indivíduo tem sem se dar conta. Sendo essencialmente implícito, inconsciente e intuitivo, à semelhança de outras competências que adquirimos noutros domínios, é o conhecimento linguístico construído no processo de aquisição da língua materna e que está subjacente ao uso espontâneo da língua. Uma das características deste conhecimento é a dificuldade em verbalizá-lo (Alves, 2004). De acordo com Bialystok (1994), quando um falante nativo utiliza a sua língua materna não precisa de consultar as regras explícitas da gramática para dizer o que pretende, uma vez que a aquisição da língua materna se dá implicitamente. O que se mostra relevante para a formação de conhecimento de carácter implícito são a exposição à língua e o seu uso em contexto comunicativo. As produções linguísticas que realizamos num contexto de comunicação natural têm como principal objetivo fazer chegar a mensagem que se quer transmitir, o falante está focado no conteúdo do discurso, mas não na forma (Duarte, 2010). Segundo Ravid & Tolchinsky (2002, p. 431), o uso da linguagem é, desde o momento em que começa a ser utilizado pelos falantes, caracterizado por ser essencialmente “implicit, holistic and content-directed”. Duarte (2008) caracteriza o conhecimento implícito<sup>4</sup> como um nível mais básico de conhecimento linguístico, aquele

---

<sup>4</sup> A autora utiliza o termo “conhecimento intuitivo da língua”.

que Chomsky (1986) designa como língua internalizada (língua-I). Para a autora, o conhecimento explícito da língua é adquirido através do desenvolvimento da consciência linguística e esta assenta no conhecimento implícito da língua. Como diz Duarte (2008), desde tenra idade, um falante é capaz de produzir e compreender enunciados orais na sua língua materna, interioriza intuitivamente o fundamental da sua estrutura gramatical e isso dota-o da capacidade de usá-la oralmente em situações de comunicação informais. Podemos, pelo exposto, associar o conhecimento implícito da língua ao sistema gramatical interiorizado e usado espontaneamente pelo falante.

Segundo Hulstijn (2005), os conhecimentos explícito e implícito diferem no maior ou menor grau de consciência<sup>5</sup> que o falante tem das regras do seu sistema linguístico, e até que ponto consegue ou não (respetivamente) verbalizá-las. Isto leva-o a concluir que o conhecimento explícito está associado a um processamento controlado, consciente e intencional da informação, que envolve esforço, e o conhecimento implícito a um processamento automático e inconsciente. Ellis (2009) concorda ao afirmar que o conhecimento implícito pode ser facilmente acedido através de processos inconscientes e usado de forma não planeada. Por outro lado, o conhecimento explícito da língua envolve esforço de processamento, existe como conhecimento declarativo que só pode ser acedido através da aplicação de processos deliberados, não estando disponível para uso automático em compreensão e produção espontâneas.

O conhecimento explícito é aquele “que se mostra verbalizável, analisável (...) e explanatório” (Alves, 2004, p.28), é o conhecimento consciente de regras linguísticas. Apesar de o conhecimento explícito da língua se caracterizar por poder ser verbalizável, não quer isto dizer que este conhecimento seja “metalinguístico”, pois é possível falar sobre a língua sem recorrer ao uso de metalinguagem.

Para Duarte (2010) e Viana (2002, p. 35), as crianças manifestam, desde cedo, competência para refletir acerca da sua língua – por exemplo, quando criam rimas e quando questionam acerca do significado ou da pronúncia de algumas palavras – e esta capacidade revela o desenvolvimento da consciência linguística da língua que utilizam. Duarte (2008, p. 10) acrescenta que a escola (com o ensino explícito da língua) desempenha um papel crucial “no desenvolvimento da sua consciência linguística até estádios superiores de conhecimento explícito”, entre outras coisas. Refere também que

---

<sup>5</sup> No original: *awareness*



o desenvolvimento das competências linguísticas, incluindo “o domínio da norma padrão da língua de escolarização”, advêm do (ou são grandemente influenciadas pelo) desenvolvimento dessa consciência linguística.

De acordo com Sim-Sim, Duarte & Ferraz (1997, p. 28), o “domínio implícito da língua” não é suficiente para que se seja um falante proficiente em todos os contextos de comunicação. A escola, com o ensino explícito da língua e da norma padrão, permite ao falante desenvolver “formas de apreensão do conhecimento que mobilizam um conjunto de processos cognitivos conducentes à consciencialização do conhecimento já implícito e à análise e explicitação de regras, estratégias e técnicas”. Mas é necessário não esquecer que a norma padrão do português corresponde também a uma variedade e a um socioleto. Assim, adquirir o conhecimento explícito da língua através da aprendizagem da norma padrão não significa erradicar e discriminar todas as outras variedades da língua; pelo contrário, deverá conduzir a uma consciencialização da diversidade linguística. Esta aprendizagem levará ao reconhecimento da necessidade de selecionar a variedade adequada de acordo com o contexto e com os objetivos de comunicação.

A relação entre o conhecimento implícito e o conhecimento explícito não é consensual. Para alguns autores, o conhecimento explícito pode ter efeito sobre o conhecimento implícito (O’Grady, 2005, 2012; Hamrick & Rebuschat, 2012; DeKeyser, 1995, 1997, 2009; Hulstijn, 2015), para outros os dois tipos de conhecimento permanecem sempre separados na mente do falante (Krashen, 1981; Paradis, 1994, 2004, 2009; Schwartz, 1986, 1993).

Em conclusão, é possível fazer uma distinção entre o conhecimento linguístico mobilizado em situações de comunicação mais espontâneas – as nossas produções e a compreensão daquilo que nos é transmitido – e o conhecimento a que recorremos quando refletimos, analisamos e tentamos manipular os objetos linguísticos. As diferenças cruciais entre conhecimento explícito e implícito são o grau de consciência que o falante tem do conhecimento e o nível de esforço de processamento que o seu uso envolve. O primeiro é um conhecimento consciente de regras linguísticas que não está disponível para uso automático em produção e compreensão espontâneas. O seu uso requer esforço de processamento e tempo. Por seu turno, o conhecimento implícito é inconsciente e está disponível para uso automático em compreensão e produção espontâneas, não envolvendo esforço de processamento. Por isso, como vários estudos psicométricos (e.g., Ellis, 2005; Godfroid et al., 2015) têm mostrado, é este o tipo de conhecimento a que os

falantes recorrem em tarefas com pressão de tempo, como tarefas de juízos de aceitabilidade rápidos. Nesta tarefa, não têm tempo suficiente para aceder e usar conhecimento explícito. Este tipo de conhecimento é mobilizado essencialmente em tarefas que dão tempo ao falante para pensar sobre as suas respostas, como tarefas de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo. Assim, nos casos em que as variantes normativas consagradas em gramáticas e dicionários são apenas aprendidas explicitamente na escola e não fazem parte do conhecimento implícito dos falantes, espera-se que o seu desempenho linguístico seja mais convergente com a norma em tarefas sem pressão de tempo do que em tarefas com pressão de tempo. Quando as variantes normativas integram o conhecimento implícito dos falantes, não se espera encontrar diferenças significativas entre tarefas.

Baseado no exposto ao longo dos diferentes pontos do Capítulo 2 e havendo dados empíricos que atestam a ocorrência das construções não normativas do verbo *haver* existencial, os objetivos e as questões desta dissertação serão apresentados no Capítulo seguinte.

### 3. O estudo realizado

Tendo em conta as análises de Cardoso, Carrilho & Pereira (2001), de Martins (2012) e as afirmações de Carrilho (2003) acerca da disponibilidade variável dos diferentes tipos de expletivos (nulos) nas variedades do PE, bem como o explicitado acerca do funcionamento do verbo *haver*, criou-se um teste de juízos de aceitabilidade, para ser realizado por falantes nativos de PE.

#### 3.1 – *Questões de investigação e predições*

Tendo em conta o atual estado da arte, formulou-se as seguintes questões de investigação:

QI.1: Os falantes de PE aceitam as estruturas com e sem concordância com o verbo *haver*?

QI.2: Os juízos dos falantes diferem dependendo da possibilidade de acederem mais ou menos facilmente a conhecimento explícito?

QI.3: Existem diferenças nos juízos de aceitabilidade quanto às construções com e sem concordância com o verbo *haver* em função: (i) da forma verbal (simples vs. perifrástica), (ii) do tempo gramatical (perfeito vs. imperfeito) e (iii) do verbo auxiliar utilizado (*ir* vs. *poder*)?

Através do teste experimental realizado para a elaboração desta dissertação, pretende-se dar resposta às questões de investigação apresentadas acima. Paralelamente, procuramos também contribuir para problematizar o conhecimento em relação à forma como o sistema gramatical acomoda a existência da estrutura sem concordância e da estrutura com concordância.

À luz dos estudos prévios sobre concordância verbal não normativa (ver secção 2.3) e dos dados empíricos apresentados (ver secção 2.4.4), fazemos as seguintes predições em relação à primeira questão de investigação:

P.1.a: As estruturas com e sem concordância serão aceitáveis, mas a estrutura sem concordância terá um grau maior de aceitabilidade.

Tendo em conta as referências e os estudos apresentados sobre conhecimento implícito e explícito (ver secção 2.5), fazemos as seguintes previsões para a segunda questão de investigação.

P.2.a: A aceitabilidade de estruturas com concordância com o verbo *haver* será maior em tarefas menos permeáveis à influência do conhecimento explícito, como as que têm pressão de tempo, do que em tarefas sujeitas à influência deste tipo de conhecimento.

P.2.b: A aceitabilidade de estruturas sem concordância com o verbo *haver* não será influenciada pelo tipo de tarefa.

Considerando as referências disponíveis na literatura sobre a concordância do verbo *haver* (ver secção 2.4) e os estudos sobre variação na concordância (ver secção 2.3), fazemos as seguintes previsões para a terceira pergunta de investigação.

P.3.a: As estruturas com concordância serão mais aceitáveis com formas perifrásticas do que com o verbo simples.

P.3.b: Com o verbo *haver* simples, as estruturas com concordância serão mais aceitáveis com o pretérito imperfeito do que com o pretérito perfeito.

P.3.c: Com as formas perifrásticas, as estruturas com concordância serão igualmente aceitáveis com o verbo modal *poder* e com o verbo auxiliar *ir*.

P.3.d: A aceitabilidade das estruturas sem concordância não será influenciada pela forma verbal, pelo tempo gramatical e pelo verbo auxiliar.

### **3.2 – Participantes**

Participaram neste estudo 28 falantes monolíngues de português europeu. Todos os participantes nasceram em Portugal, e têm idades compreendidas entre os 19 e os 42 anos. Dos 28 participantes, 21 são do sexo feminino, seis do sexo masculino e um preferiu não especificar. À data do estudo, todos os participantes estavam a frequentar o ensino

superior. A língua materna dos pais e das mães de todos os participantes é o PE. A Tabela 1 resume a informação obtida no questionário sobre o perfil linguístico ( $n=28$ ).

Idade	Género
Intervalo = 19 – 42	Masculino = 6
<i>Média</i> = 24	Feminino = 21
DP = 6,61	Prefere não dizer = 1

*Tabela 1: Perfil sociolinguístico dos participantes*

Uma vez que este estudo trata de uma estrutura que é adquirida durante o processo de escolarização, e porque a norma padrão é baseada em falantes escolarizados, todos os participantes deste estudo eram, à data do estudo, estudantes do ensino superior (8 de Ciências da Linguagem, 4 de Estudos Portugueses, 4 de Tradução, 3 de Higiene Oral, 1 de Ciências da Comunicação, 1 de Ciências Sociais, 1 de Línguas Literaturas e Culturas, 1 de Medicina Dentária, 1 de Psicologia, 1 de Direito, 1 de Engenharia, 1 de Engenharia Aeroespacial e 1 de Ciências Geoespaciais). Assim, com os dados obtidos, o comportamento dos participantes pode ser extrapolado para os falantes com formação académica, mas não serão representativos da população em geral.

### **3.3 – *Desenho experimental***

Este estudo sobre o grau de aceitabilidade de uma construção sintática não padrão do PE foi realizado a três tempos. Em primeiro lugar, todos os participantes preencheram uma ficha de inscrição e questionário sobre o seu perfil linguístico, realizada através de um formulário *Google Forms* (Anexo 1). Num segundo e terceiro momentos, realizaram uma tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos e uma tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo, separadas por um intervalo de duas semanas.

Depois de preencherem a ficha de inscrição e questionário sobre o seu perfil linguístico, os participantes foram divididos aleatoriamente em dois grupos: A e B. Desta forma assegurou-se que um dos grupos de participantes realizava em primeiro lugar a tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos e o outro a tarefa de juízos de aceitabilidade sem

pressão de tempo. Esta divisão dos participantes em dois grupos tinha também como objetivo averiguar se a ordem de aplicação das tarefas condicionaria os resultados.

Na Tabela 2, apresentamos a divisão dos participantes e a ordem pela qual realizaram cada uma das tarefas.

	<i>Primeira tarefa</i>	<i>Segunda tarefa</i>
GRUPO A ( <i>n</i> =14)	Juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo	Juízos de aceitabilidade rápidos
GRUPO B ( <i>n</i> =14)	Juízos de aceitabilidade rápidos	Juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo

*Tabela 2:* Divisão do grupo de participantes e ordem de realização das tarefas

Ambas as tarefas foram realizadas *online*. A tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo foi realizada através de um formulário *Google Forms* e a tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos foi realizada através do *software PsychoPy*, com a versão 2021.1.4 (Peirce et al, 2009), e da plataforma *online* que lhe está associada, Pavlovia.

Para a realização das tarefas supramencionadas, foi criada uma lista de itens de teste composta, no total, por 48 estímulos e 96 distratores (total de 144 itens) (Anexo 2). Por ser bastante extensa, a lista de itens de teste foi dividida em duas – Lista 1 e Lista 2 (Anexos 3 e 4, respetivamente), criando, assim, duas versões para cada tarefa. Pretendia-se com isto, por um lado, evitar os efeitos indesejados que podem ser provocados pela leitura de material idêntico múltiplas vezes e, por outro, assegurar que cada participante demorasse no máximo 15 minutos para completar cada uma das tarefas de juízos de aceitabilidade. Foram, também, criadas duas ordens para cada lista, fazendo, assim, com que os grupos vissem a mesma lista, mas com os itens apresentados por ordens diferentes. Cada uma das listas – Lista 1 e Lista 2 – tinha 24 estímulos e 48 distratores (72 itens), os itens foram apresentados alternados (ordem pseudoaleatória). Na Tabela 3 é apresentada a ordem pela qual os grupos de participantes realizaram as tarefas de juízos de aceitabilidade e a lista de itens de teste que cada grupo viu na tarefa realizada.

		1. <sup>a</sup> Tarefa realizada	2. <sup>a</sup> Tarefa realizada
GRUPO A	Sem pressão de tempo	Lista 1	
	Com pressão de tempo		Lista 2
GRUPO B	Sem pressão de tempo		Lista 2
	Com pressão de tempo	Lista 1	

Tabela 3: Lista de itens por grupo de participantes e ordem de realização das tarefas de juízos de aceitabilidade

As tarefas tinham um desenho 2x2, cruzando as seguintes variáveis linguísticas principais: forma verbal (simples vs. perifrástica) e número (singular vs. plural). Dentro das variáveis principais foram manipuladas variáveis secundárias. Nas formas verbais simples, manipulou-se o tempo verbal, metade dos itens estava no perfeito e a outra metade no imperfeito. Com as formas verbais perifrásticas, manipulou-se o tipo de auxiliar, em metade dos itens utilizou-se o auxiliar *ir* e na outra metade o auxiliar *poder*. Na Tabela 4 mostra-se o número de itens apresentado por cada variável linguística secundária.

			Número	
			Singular	Plural
Forma Verbal	Simples	Pretérito imperfeito do indicativo	6	6
		Pretérito perfeito do indicativo	6	6
	Perifrástica	Com o auxiliar “ <i>poder</i> ” no presente	6	6
		Com o auxiliar “ <i>ir</i> ” no presente	6	6

Tabela 4: Número de itens apresentados por variável linguística secundária

As tarefas incluíam, assim, oito condições e seis itens por cada. Uma vez que a lista total de itens experimentais foi dividida uniformemente, por duas listas, cada participante viu três itens por condição em cada uma das tarefas realizadas.

Para exemplificar cada uma das condições de teste apresentadas aos participantes, temos em (25) uma frase simples, no pretérito imperfeito, singular; em (26) uma frase

simples, no pretérito imperfeito, plural; em (27) uma frase simples, no pretérito perfeito, singular; em (28) uma frase simples no pretérito perfeito, plural; em (29) uma perífrase com *poder*, no singular; em (30) uma perífrase com *poder*, no plural; em (31) uma perífrase com *ir*, no singular; e em (32) uma perífrase com *ir*, no plural:

- (25) Quando a dentista chegou, havia alguns pacientes na sala de espera.
- (26) Quando o réu chegou, haviam alguns populares zangados à sua espera.
- (27) Quando a peça terminou, houve muitos admiradores a aplaudir de pé.
- (28) Quando a corrida terminou, houveram alguns adeptos a invadir a pista.
- (29) Se cortarem a autoestrada, pode haver muitos engarrafamentos na estrada nacional.
- (30) Se chover em Coruche, podem haver alguns problemas nas zonas ribeirinhas.
- (31) Quando a festa terminar, vai haver alguns copos espalhados pelo chão.
- (32) Quando a gerência mudar, vão haver muitos ajustes na nossa empresa.

Uma vez que se pretende avaliar o grau de aceitabilidade da concordância não normativa em número do verbo *haver* existencial com o seu complemento, em todos os estímulos o complemento deste verbo é plural. Dos 48 estímulos, 24 não apresentam concordância verbal em número com o complemento do verbo (construção normativa) e nos outros 24 há flexão verbal em número para que haja concordância com o complemento verbal (construção não normativa).

Na construção dos estímulos foram controlados os seguintes aspetos: (i) o número de itens lexicais que antecedem a forma verbal; (ii) o quantificador realizado imediatamente após a forma verbal (foram apenas utilizados os quantificadores *muitos* e *alguns*); (iii) o número de itens lexicais que seguem a forma verbal; (iv) o léxico utilizado (de um modo geral optou-se por léxico simples, para tentar evitar julgamentos mais altos ou mais baixos decorrentes do vocabulário utilizado); (v) o contexto sintático (a forma verbal aparece apenas em três contextos sintáticos: numa oração principal antecedida de uma oração adverbial (33), numa oração subordinada completiva (34), e dentro de uma oração adverbial realizada à direita (35). Estes contextos sintáticos foram usados em todas as condições com dois itens de teste para cada um.



- (33) Quando o réu chegou, haviam alguns populares zangados à sua espera.
- (34) A Maria disse que haviam muitos fatos para lavar e engomar.
- (35) A mãe gritou porque haviam alguns bichos dentro da caixa azul.

No entanto, apesar de se terem controlado os contextos sintáticos em que a forma verbal aparece, esta variável não foi considerada na análise estatística desta dissertação.

Os distratores<sup>6</sup> envolviam também questões de variação de concordância com verbos inacusativos (Anexo 2).

Como já foi mencionado anteriormente, este estudo, para além das variáveis linguísticas, considerou uma variável extralinguística: o tipo de tarefa. E esta divide-se em dois níveis: (i) juízos de aceitabilidade rápidos e (ii) juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo

Na tarefa de juízos sem pressão de tempo, foi pedido aos participantes que avaliassem as frases apresentadas de uma forma espontânea, que se concentrassem na estrutura de cada frase e que ignorassem qualquer problema com a ortografia ou pontuação, e que, seguindo a sua intuição, indicassem o grau de aceitabilidade das frases apresentadas. A avaliação foi feita numa escala de 1 a 4, em que 1 correspondia a “completamente inaceitável” e 4 a “completamente aceitável”. Para além desta avaliação, foi pedido aos participantes que, no caso de terem selecionado as opções 1 ou 2, indicassem a forma correta da palavra ou das palavras que consideraram inaceitáveis. Antes do início da tarefa propriamente dita, foram apresentadas quatro frases de treino. Em (36) exemplificamos o que era pedido nesta tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo.

---

<sup>6</sup> Alguns itens tratados nesta dissertação como distratores são na realidade itens de teste de um outro estudo, cujos dados serão analisados num outro momento. Por restrições de espaço, nesta dissertação não serão aqui mencionados.

(36)

**Questionário**

Quando a mãe chegou, haviam muitos brinquedos espalhados pela casa toda. \*

1 completamente inaceitável

2

3

4 completamente aceitável

Se escolheu a opção 1 ou a opção 2, por favor indique a forma correta da palavra ou das palavras que considera inaceitáveis.

A sua resposta \_\_\_\_\_

Na tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos, os participantes foram instruídos a concentrarem-se na estrutura da frase, a ignorar qualquer problema com ortografia ou pontuação e a avaliar as frases apresentadas seguindo a sua intuição. Na construção desta tarefa, seguiram-se os procedimentos geralmente adotados em tarefas de juízos de aceitabilidade rápidos (por exemplo, Bader & Häussler, 2010; Hopp, 2007) para a recolha dos dados. Assim, antes de cada item aparecia um ponto de fixação durante 1500 ms e, depois, a frase era apresentada palavra por palavra, de forma não cumulativa, no centro do ecrã, a um ritmo de 400 ms por palavra (Bader & Häussler, 2010; Hopp, 2007). No final, aparecia uma escala de 1 a 4, com a indicação de que 1 correspondia a completamente inaceitável e 4 a completamente aceitável, e era pedido ao participante que indicasse o grau de aceitabilidade da frase que tinha acabado de ler. Foram gravados para cada frase o tempo de resposta e a resposta do participante.

Realizaram-se duas tarefas com o propósito de cruzar os dados obtidos em cada uma e assim poder analisar se as tarefas condicionavam os juízos emitidos pelos participantes. Na tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos, a apresentação rápida dos estímulos e a rapidez que se pede na resposta não dão tempo suficiente ao participante para pensar acerca das suas respostas e aceder ao seu conhecimento explícito, o que o força a recorrer fundamentalmente ao seu conhecimento implícito. Esta tarefa possibilita

a recolha de respostas intuitivas, inconscientes e automáticas aos estímulos apresentados (Bader & Haüssler, 2010; Bowles, 2011; Ellis, 2005; Godfroid et al., 2015). O ritmo a que os estímulos são apresentados e a velocidade pedida na resposta não permitem ter tempo suficiente para fazer uma reanálise completa da frase. Na tarefa sem pressão de tempo não é imposto um ritmo, há tempo para analisar a frase, aceder ao conhecimento explícito e monitorizar as respostas. Estas duas tarefas complementam-se e permitem apreciar de forma mais completa o conhecimento linguístico dos falantes de PE testados.

### **3.4 – Análise de dados**

A análise estatística foi realizada com modelos de efeitos mistos, em R (versão 4.1.1 (10-08-2021)), usando o pacote *lme4*. Para a análise das respostas nas tarefas com e sem pressão de tempo e para a análise dos tempos de resposta da tarefa com pressão de tempo, foi usada a função *lmer* (modelo linear misto). Foram feitas análises globais em que foram computados como efeitos fixos as variáveis grupo, número e verbo e como efeitos aleatórios as variáveis participante e itens. Estas análises incluíram interceções aleatórias para participantes e itens e declives aleatórios por participante para as variáveis número e verbo e a sua interação.

Ademais, de modo a poder analisar os potenciais efeitos das variáveis secundárias manipuladas, foram feitas análises adicionais, considerando apenas parte dos dados. No caso da variável secundária ‘tempo’, foram considerados apenas os dados dos itens com verbo simples. Nesta análise, foram computados como efeitos fixos as variáveis grupo, número e tempo e como efeitos aleatórios as variáveis participante e itens. No caso da variável secundária ‘tipo de auxiliar’, foram considerados apenas os dados dos itens com forma perifrástica. Nesta análise, foram computados como efeitos fixos as variáveis grupo, número e auxiliar e como efeitos aleatórios as variáveis participante e itens. As análises incluíram interceções aleatórias para participantes e itens e declives aleatórios por participante para a variável número e a variável secundária de interesse (tempo ou tipo de auxiliar) e a sua interação.

Foram também feitas análises que visavam determinar se os falantes faziam uma distinção significativa entre formas verbais simples e perifrásticas para cada construção testada: construção sem concordância com o argumento interno e construção com concordância. Em cada uma destas análises, foram considerados apenas os dados

referentes ao tipo de construção relevante e foram computados como efeitos fixos as variáveis grupo e verbo e como efeitos aleatórios as variáveis participante e itens. Estas análises incluíram interações aleatórias para participantes e itens e declives aleatórios por participante para a variável verbo.

Por fim, de modo a perceber se o tipo de tarefa realizada (com pressão vs. sem pressão) tinha um efeito significativo, foram realizadas análises globais considerando esta variável como efeito fixo e as variáveis participante e item como efeitos aleatórios. Foram também realizadas as análises descritas anteriormente, nas quais se considerou apenas parte dos dados, mas incluindo sempre a variável tipo de tarefa como um efeito fixo.

Em todas as análises, os efeitos fixos foram codificados contrastivamente para comparar dois níveis do mesmo efeito fixo como se segue: grupo (grupo A = -.5 vs. grupo B = .5), número (singular = -.5 vs. plural = .5), verbo (verbo simples = -.5 vs. verbo perifrástico = .5), tempo (imperfeito = -.5 vs. perfeito = .5), auxiliar (ir = -.5 vs. poder = .5) e tipo de tarefa (cpt = -.5 vs. spt = .5).

Uma vez que a função *lmer* gera valores de  $t$ , um efeito fixo foi considerado significativo se o valor absoluto de  $t$  fosse maior ou igual a 2.0 (Gelman & Hill 2007). Sempre que havia dúvidas sobre se um valor  $t$  estava próximo de significância estatística, o valor  $p$  foi calculado a partir do valor  $t$  usando a fórmula:  $2 \cdot (1 - pt(abs(X), Y - Z))$ , proposta por Baayen (2008). Aqui,  $x$  = valor  $t$ ,  $y$  = número de observações e  $z$  = número de parâmetros de efeitos fixos. Seguindo a prática padrão, um valor  $p$  foi considerado próximo do limiar de significância estatística quando era superior a .05 e inferior a .1.

## 4. Resultados

### 4.1 – Resultados globais

Apresentamos, em primeiro lugar, um sumário das médias obtidas nas duas tarefas realizadas pelos participantes.

		Tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo			Tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos		
		Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Verbo simples	Plural	2,25	2	1,12	2,89	3	1
	Singular	3,20	4	0,95	3,37	4	0,96
Forma perifrástica	Plural	3,08	3	0,91	3,27	4	1,04
	Singular	2,66	2	1,02	3,02	3	0,99
Verbo simples perfeito	Plural	2,05	2	1,00	2,51	2	1,22
	Singular	3,46	4	0,84	3,54	4	0,84
Verbo simples imperfeito	Plural	3,00	3	1,02	3,28	4	1,14
	Singular	2,93	3	0,99	3,19	4	1,05
Forma perifrástica <i>poder + haver</i>	Plural	2,94	3	0,96	3,33	4	1,07
	Singular	2,83	3	1,00	3,23	3	0,91
Forma perifrástica <i>ir + haver</i>	Plural	3,23	3	0,84	3,21	4	1,01
	Singular	2,49	2	1,01	2,81	3	1,03

Tabela 5: Quadro resumo dos valores médios obtidos nas duas tarefas realizadas no estudo

Podemos ver na Tabela 5 que no presente estudo de aceitabilidade os participantes mostraram um maior grau de aceitabilidade da concordância não normativa em número do verbo *haver* existencial com o seu complemento na tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos. No entanto, na tarefa sem pressão de tempo aceitaram a construção na forma perifrástica, mas com verbo simples, globalmente, rejeitaram-na.

No ponto seguinte apresentamos a análise estatística dos resultados obtidos em cada uma das tarefas realizadas pelos participantes.

#### ***4.2 – Resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo***

Na tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo, os participantes mostraram, de um modo geral, uma maior aceitabilidade das construções sem concordância com formas verbais simples e das construções com concordância com formas verbais perifrásticas. A análise estatística revela apenas uma interação estatisticamente significativa entre as variáveis forma verbal (simples vs. perifrástica) e número (estimativa = 1.095, EP = 0.292,  $t = 3.473$ ). Nenhum outro efeito ou interação é significativo ( $t \leq 0.946$ ).

Uma vez que foi pedido aos participantes, na tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo, que indicassem a forma correta da palavra ou das palavras que consideraram inaceitáveis, mostramos em (37a) o exemplo de uma construção normativa e em (37b) a correção proposta pelos participantes, e em (38a) o exemplo de uma construção não normativa e em (38b) a correção proposta pelos participantes.

- (37) a. Os meninos agradeceram porque **havia** muitos reбуçados para cada um deles.
- b. Os meninos agradeceram porque **havam** muitos reбуçados para cada um deles.
- (38) a. A mãe gritou porque **havam** alguns bichos dentro da caixa azul.
- b. A mãe gritou porque **havia** alguns bichos dentro da caixa azul.

As correções sugeridas pelos participantes permitem-nos inferir que os juízos de aceitabilidade emitidos pelos participantes estão relacionados com a construção sintática que é estudada nesta dissertação.

Apresentamos de seguida uma análise estatística mais detalhada dos dados da tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo.

Como já referimos, os participantes mostraram preferências diferentes entre a aceitabilidade das construções com concordância e das sem concordância. As primeiras são mais aceites com formas verbais perifrásticas do que com verbos simples (estimativa = -0.559, EP = 0.216,  $t = 2.589$ ), com os quais tendem a ser rejeitadas. Contrariamente, as últimas são mais aceites com verbos simples do que com formas verbais perifrásticas (estimativa = -0.535, EP = 0.141,  $t = -3.782$ ).

Analisando apenas as formas verbais simples, vemos que há um efeito principal de número (estimativa = 0.672, EP = 0.244,  $t = -2.756$ ), um efeito principal de tempo verbal (estimativa = -0.208, EP = 0.094,  $t = -2.216$ ) e uma interação significativa entre o tempo verbal e o número (estimativa = -1.488, EP = 0.250,  $t = -5.930$ ). Se considerarmos as formas verbais simples apenas nas construções com concordância, notamos um efeito principal significativo de tempo verbal (estimativa = -0.952, EP = 0.198,  $t = -4.807$ ): os participantes aceitaram claramente estas construções no pretérito imperfeito, mas não as consideraram aceitáveis no pretérito perfeito. Quando olhamos para as formas verbais simples nas construções sem concordância, verificamos que os participantes aceitaram melhor estas construções no pretérito perfeito (estimativa = -0.535, EP = 0.102,  $t = 5.225$ ).

Olhando para as formas verbais perifrásticas, revela-se significativa a interação entre o verbo auxiliar e o número (estimativa = -0.630, EP = 0.192,  $t = -3.274$ ). Quando desdobramos a análise destas formas verbais verificamos que: nas construções com concordância não se regista nenhuma diferença significativa, os participantes consideraram aceitáveis as construções com os dois verbos auxiliares ( $t = -1.626$ ). Nas construções sem concordância há uma diferença significativa entre o verbo auxiliar *poder* e o verbo auxiliar *ir* (estimativa = 0.345, EP = 0.112,  $t = 3.058$ ). Os participantes tenderam a rejeitar estas construções com o verbo auxiliar *ir* e a aceitar com o auxiliar *poder*. É de ressaltar que nas formas verbais perifrásticas a construção sem concordância com o verbo auxiliar *ir* é a única a registar uma tendência para a não aceitabilidade.

Em síntese, enquanto as construções com concordância são rejeitadas no pretérito perfeito e aceites no imperfeito, as construções sem concordância são consideradas aceitáveis com as formas verbais simples nos dois tempos verbais. Com formas verbais perifrásticas, os participantes consideraram aceitáveis as construções com concordância tanto com o auxiliar *ir* como com o *poder*, mas mostraram uma tendência para a rejeição das construções sem concordância com verbo auxiliar *ir*.

Passamos agora à análise dos resultados obtidos na tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos.

#### ***4.3 – Resultados da tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos***

A análise estatística global dos resultados na tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos revela que apenas a interação entre os efeitos de tipo de forma verbal e número é estatisticamente significativa (estimativa = 0.700, EP = 0.273,  $t = 2.561$ ). Nenhum outro efeito ou interação é significativo ( $t \leq 0.552$ ). A análise dos juízos sobre as construções sem concordância revela que os participantes as aceitam melhor com formas verbais simples do que com perifrásticas (estimativa = -0.346, EP = 0.142,  $t = -2.438$ ), o que é semelhante ao observado na tarefa sem pressão de tempo. Por outro lado, a análise dos resultados para as construções com concordância mostra que, na tarefa com pressão de tempo, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa entre a aceitabilidade destas construções com formas verbais perifrásticas e simples ( $t = 1.773$ ). Ambas foram consideradas aceitáveis, contrariamente ao que acontece na tarefa sem pressão de tempo, em que, como vimos, a concordância de plural tende a ser aceite com formas verbais perifrásticas e rejeitada com formas simples. Há, assim, uma maior aceitação das construções com concordância sob pressão de tempo.

Quando analisamos apenas as formas verbais simples, verificamos que há um efeito do tempo verbal (estimativa = -0.206, EP = 0.088,  $t = -2.340$ ), uma interação entre as variáveis número e tempo verbal (estimativa = -1.122, EP = 0.227,  $t = -4.939$ ) e um efeito de número próximo do limiar de significância estatística ( $t = -1.891$ ,  $p = .07^7$ ). Quando consideramos apenas as formas verbais simples nas construções com concordância, encontramos um efeito muito significativo de tempo verbal (estimativa = -0.768, EP = 0.138,  $t = -5.562$ ). Nestas construções, os participantes aceitaram o pretérito imperfeito e mostraram uma maior inclinação para a não aceitação do pretérito perfeito. Ao analisarmos apenas as formas verbais simples nas construções sem concordância, vemos um efeito do tempo verbal (estimativa = 0.354, EP = 0.154,  $t = 2.299$ ). Os participantes aceitaram melhor o pretérito perfeito do que o pretérito imperfeito.

---

<sup>7</sup> Conforme indicado na secção 3.4, um valor  $p$  foi considerado próximo do limiar de significância estatística quando era superior a .05 e inferior a .1.



Na observação dos resultados obtidos com as formas verbais perifrásticas, apenas se revela significativa a diferença entre o verbo auxiliar *poder* e o verbo auxiliar *ir* (estimativa = 0.253, EP = 0.105,  $t = 2.408$ ). Nenhum outro efeito ou interação é significativo ( $t \leq -1.646$ ). Ao desdobrarmos a análise das formas verbais perifrásticas verificamos que: nas construções com concordância não se regista nenhuma diferença significativa, os participantes consideraram aceitáveis as construções com os dois verbos auxiliares ( $t = 0.882$ ). Nas construções sem concordância há uma diferença significativa entre o verbo auxiliar *poder* e o verbo auxiliar *ir* (estimativa = 0.421, EP = 0.139,  $t = 3.015$ ). Os participantes não aceitaram tão bem as formas verbais perifrásticas com o verbo auxiliar *ir*.

Em suma, os falantes testados aceitam construções com concordância tanto com formas verbais perifrásticas como simples, mas tendem a aceitar melhor as construções sem concordância com as formas verbais simples do que com as perifrásticas. Com verbos simples, as construções com concordância são consideradas mais aceitáveis no pretérito imperfeito e as sem concordância no pretérito perfeito. Em relação às formas verbais perifrásticas, os participantes aceitaram bem as construções com os dois verbos auxiliares nas construções com concordância, mas manifestaram uma menor aceitabilidade do verbo auxiliar *ir* nas construções sem concordância.

#### ***4.4 – Diferenças entre tarefas***

Há diferenças nos graus de aceitabilidade registados em cada uma das tarefas. A análise estatística revela um efeito de tarefa tanto com as formas verbais simples (estimativa = -0.267, EP = 0.130,  $t = -2.050$ ) como com as perifrásticas (estimativa = 0.258, EP = 0.120,  $t = -2.146$ ).

		Tarefa de juízos de aceitabilidade sem pressão de tempo	Tarefa de juízos de aceitabilidade rápidos
Plural	Verbo simples	X	OK
	Forma perifrástica	OK*	OK*
Singular	Verbo simples	OK	OK
	Forma perifrástica	X	OK
Plural	Verbo simples perfeito	X	X
	Verbo simples imperfeito	OK	OK*
Singular	Verbo simples perfeito	OK	OK
	Verbo simples imperfeito	OK	OK
Plural	Forma perifrástica <i>poder + haver</i>	OK	OK*
	Forma perifrástica <i>ir + haver</i>	OK	OK*
Singular	Forma perifrástica <i>poder + haver</i>	OK	OK
	Forma perifrástica <i>ir + haver</i>	X	OK

Legenda: X = não aceite (mediana  $\leq 2$ ), OK = aceite (mediana  $\geq 3$ ), OK\* = aceite e as construções com concordância são consideradas mais aceitáveis do que as sem concordância.

Tabela 6: Resumo simplificado dos resultados obtidos nas duas tarefas realizadas no estudo

Os participantes não mostraram as mesmas preferências em todos os contextos em ambas as tarefas. Na tarefa com pressão de tempo, as construções com concordância são aceites com formas verbais simples e com perifrásticas, enquanto, na tarefa sem pressão de tempo há uma aceitação com formas verbais perifrásticas e uma tendência de rejeição com formas verbais simples. Por outro lado, as construções sem concordância são, em ambas as tarefas, mais aceites com formas verbais simples. Em ambas as tarefas, o pretérito imperfeito é aceite tanto com construções com concordância como sem concordância, o pretérito perfeito é aceite com construções sem concordância, mas tende a ser rejeitado com construções com concordância. Relativamente aos verbos auxiliares, nas construções com concordância os dois verbos auxiliares são aceitáveis, nas duas

tarefas. No entanto, as construções sem concordância com verbo auxiliar *ir* registam uma tendência para a não aceitabilidade.

Atentando aos dados apresentados nas secções anteriores, verificamos que, na tarefa sem pressão de tempo, nas formas verbais simples se regista um efeito robusto de número (singular vs plural), evidenciando que, nestas formas verbais, os participantes aceitam significativamente mais as construções sem concordância do que as com concordância. Este efeito estatístico de número não se verifica na tarefa com pressão de tempo, porque a aceitação das construções com concordância aumentou. Observamos, também, que na tarefa sem pressão de tempo há um efeito significativo da forma verbal (simples vs. perifrástica) nas construções com concordância, demonstrando que os participantes aceitam claramente mais estas construções com as formas verbais perifrásticas. Este efeito não se verifica na tarefa com pressão de tempo, uma vez que a aceitação das construções com concordância aumentou. Por fim, notamos ainda um efeito de tarefa na aceitabilidade dos verbos auxiliares (*ir* vs. *poder*). Na tarefa sem pressão de tempo, regista-se uma interação significativa entre as variáveis número e verbo auxiliar, o que indica que a diferença entre a rejeição das construções sem concordância com formas verbais perifrásticas com o verbo auxiliar *ir* e a aceitação das mesmas formas verbais com o auxiliar *ir* na construção com concordância é significativa (estimativa = 0.738, EP = 0.234,  $t = 3.151$ ). Na tarefa com pressão de tempo, este efeito entre as variáveis número e verbo auxiliar não se verifica, uma vez que a aceitabilidade do verbo auxiliar *ir* nas construções sem concordância subiu ligeiramente, diminuindo, assim, o fosso entre a aceitabilidade e a não aceitabilidade ( $t = 1.29$ ). No entanto, apesar de na tarefa sem pressão de tempo se registar uma mediana de 2 (ver Tabela 5) na taxa de aceitabilidade da construção sem concordância nas formas verbais perifrásticas com o verbo auxiliar *ir* e de se registar uma mediana de 3 com as mesmas construções na tarefa com pressão de tempo, esta diferença não se revelou estatisticamente significativa ( $t = 1.345$ ). Para além disso, regista-se uma diferença significativa entre tarefas quer no que diz respeito à aceitabilidade das construções sem concordância com as formas verbais perifrásticas com o verbo auxiliar *poder* (estimativa = 0.395, EP = 0.186,  $t = 2.122$ ), quer no que diz respeito à aceitabilidade das construções com concordância com o mesmo verbo auxiliar ( $t = 1.935$ ,  $p = .05$ ). Ambas as construções foram aceites nas duas tarefas, mas mais na tarefa com pressão de tempo.

No ponto seguinte discutimos os resultados obtidos e apresentamos as nossas conclusões.

## 5. Discussão e conclusões

Retomamos as questões de investigação enunciadas em 3.1, a que iremos responder tendo em conta os resultados apresentados na secção anterior.

QI.1: Os falantes de PE aceitam as estruturas com e sem concordância com o verbo *haver*?

Da análise dos dados, pode concluir-se que as estruturas com e sem concordância com o verbo *haver* são aceitáveis, o que confirma, no global, a P.1.a, que prediz que ambas são aceitáveis. No entanto, os resultados mostram que, contrariamente ao que esperávamos, os participantes aceitaram mais a estrutura com concordância do que a sem concordância com formas verbais perifrásticas em ambas as tarefas. Estes resultados infirmam a nossa predição 1.a (a estrutura sem concordância terá um grau maior de aceitabilidade), mas apenas em relação às formas verbais perifrásticas, relativamente às formas verbais simples a predição confirma-se.

QI.2: Os juízos dos falantes diferem dependendo da possibilidade de acederem mais ou menos facilmente a conhecimento explícito?

De acordo com os nossos resultados, os juízos dos falantes diferem de uma tarefa para outra. Existem diferenças no grau de aceitabilidade das estruturas com e sem concordância entre uma tarefa e outra, em alguns contextos. Na tarefa com pressão de tempo, as construções com concordância são aceites com formas verbais simples e perifrásticas, enquanto na tarefa sem pressão de tempo, há maior aceitação com formas verbais perifrásticas e uma tendência de rejeição com formas verbais simples. O maior grau de aceitabilidade da estrutura com concordância na tarefa com pressão de tempo confirma a nossa predição 2.a (a aceitabilidade de estruturas com concordância com o verbo *haver* será maior em tarefas menos permeáveis à influência do conhecimento explícito). Em relação às construções sem concordância, verificamos que, em ambas as tarefas, as formas verbais simples são aceitáveis, o que confirma a nossa predição 2.b (a aceitabilidade de estruturas sem concordância com o verbo *haver* não será influenciada pelo tipo de tarefa) para as formas verbais simples. No entanto, as construções sem

concordância com formas verbais perifrásticas são mais aceitáveis com o verbo auxiliar *poder* na tarefa com pressão de tempo e a diferença na aceitabilidade das formas verbais perifrásticas com o verbo auxiliar *ir* entre as construções com concordância e as sem concordância não é significativa na tarefa com pressão de tempo, ao contrário do que acontece na tarefa sem pressão de tempo. E isto infirma a nossa predição 2.b no que diz respeito às formas verbais perifrásticas.

QI.3: Existem diferenças nos juízos de aceitabilidade quanto às construções com e sem concordância com o verbo *haver* em função: (i) da forma verbal (simples vs. perifrástica), (ii) do tempo gramatical (perfeito vs. imperfeito) e (iii) do verbo auxiliar utilizado (*ir* vs. *poder*)?

Os dados mostram que nas estruturas com concordância há diferenças nos juízos de aceitabilidade, mas não em todos os contextos. No que diz respeito à forma verbal, estas estruturas são mais aceites com formas verbais perifrásticas, confirmando a P.3.a. Quanto ao tempo gramatical, as estruturas com concordância são mais aceites com o imperfeito, o que confirma a predição 3.b (com o verbo *haver* simples, as estruturas com concordância serão mais aceitáveis com o pretérito imperfeito do que com o pretérito perfeito). Este resultado era esperado por se reconhecer que o contraste da saliência fónica entre o verbo *haver* no perfeito (*houve* vs. *houveram*) e no imperfeito (*havia* vs. *havam*) resulta em diferenças no grau de aceitabilidade dos participantes (Scherre & Naro, 1998). Relativamente ao verbo auxiliar utilizado, não se registam diferenças nos juízos de aceitabilidade. Tanto o verbo modal *poder* como o verbo auxiliar *ir* são igualmente aceitáveis, o que confirma a nossa predição 3.c (com as formas perifrásticas, as estruturas com concordância serão igualmente aceitáveis com o verbo modal *poder* e com o verbo auxiliar *ir*).

A análise dos resultados revela que nas estruturas sem concordância também se registam diferenças nos juízos de aceitabilidade, infirmando, assim, a predição 3.d de que a aceitabilidade das estruturas sem concordância não seria influenciada pela forma verbal, pelo tempo gramatical e pelo verbo auxiliar. Quanto à forma verbal, estas estruturas são mais aceites com formas verbais simples do que com perifrásticas. Relativamente ao tempo gramatical, são mais aceites com o perfeito do que com o imperfeito. Relativamente ao verbo auxiliar utilizado, são mais aceites com o modal *poder* do que com o auxiliar *ir*.

Em resumo, as estruturas com concordância com o verbo *haver* existencial são aceites pelos participantes, mas mais com formas verbais perifrásticas e com formas verbais simples no pretérito imperfeito. Nas formas simples parece haver uma competição maior entre as duas variantes, nas perifrásticas a competição parece ser menor. Entre os fatores que influenciam a variação na concordância com o verbo *haver* impessoal, o fator sintático parece ser mais relevante do que o morfofonológico.

Não era intuito deste trabalho, nem se esperava, encontrar juízos categóricos sobre a aceitabilidade de uma ou de outra variante, mas antes tentar perceber se são possíveis, em que extensão são aceites, quais os contextos que favorecem a escolha de uma ou de outra variante e quais os fatores que influenciam mais a aceitabilidade.

A preferência dos participantes pela estrutura com concordância nas formas verbais perifrásticas, em ambas as tarefas, mostra-nos que os participantes não associam a norma de uso do verbo *haver* existencial, quando este é utilizado como verbo pleno em perífrases verbais. E isto está em linha com o que Raposo (2013b) afirma, quando diz que, em alguns registos, a construção sintática com concordância em número do verbo *haver* existencial com o seu complemento ocorre sobretudo com formas verbais simples no pretérito imperfeito ou com formas verbais perifrásticas. É também possível aferir o peso dos diferentes fatores, que podem interferir na preferência por uma ou por outra variante. Porque a estrutura sem concordância tem grau maior de aceitabilidade nas formas verbais simples, mas nas formas verbais perifrásticas não, é possível que o fator sintático prevaleça sobre o morfofonológico.

O maior grau de aceitabilidade da estrutura com concordância na tarefa com pressão de tempo constitui evidência de que os participantes têm algum conhecimento da norma. Como vimos na secção 2.5, o conhecimento explícito é difícil de usar em tarefas que requerem uma reação rápida do participante, o seu uso requer esforço de processamento, tempo e um conhecimento consciente de regras linguísticas, ou seja, será mais facilmente acedido em tarefas sem pressão de tempo. Por seu turno, o conhecimento implícito está disponível para uso automático em compreensão e produção espontâneas, ou seja, é o conhecimento que utilizamos quando sujeitos a tarefa com pressão de tempo. Assim, o facto de a estrutura com concordância com formas verbais perifrásticas ser aceite em todos os contextos em ambas as tarefas confirma que esta construção está integrada na gramática dos participantes e está disponível na gramática da língua. Por outro lado, a mesma estrutura com formas verbais simples tende a ser rejeitada na tarefa sem pressão

de tempo e isto mostra-nos que a estrutura com concordância com formas verbais simples é sentida pelos participantes como desviante em relação à norma. Esta variação na aceitação das formas com concordância parece demonstrar a existência de duas gramáticas em competição.

É possível que a estrutura sem concordância com formas verbais perifrásticas esteja a perder o seu estatuto e a deixar de ser reconhecida como norma, visto que esta estrutura tem sempre um grau de aceitabilidade inferior ao da estrutura com concordância com a mesma forma verbal. Por outro lado, com formas verbais simples, a estrutura sem concordância parece estar bem incorporada na gramática dos falantes, uma vez que é significativamente mais aceite do que a estrutura com concordância na tarefa sem pressão de tempo. Não obstante, este efeito significativo na aceitabilidade não se regista na tarefa com pressão de tempo, o que pode indicar o início de uma mudança. Ademais, a taxa de aceitação da estrutura com concordância em ambas as tarefas e o inferior grau de aceitação da estrutura sem concordância em alguns contextos evidenciam que a diferença entre o que é normativo e não normativo parece estar a atenuar-se.

Entre os fatores que influenciam e originam a variação linguística (ver secção 2.2), o fator sintático parece ser predominante em relação ao morfofonológico. Se assim não fosse, nas estruturas com concordância, não haveria diferenças nos juízos de aceitabilidade entre as construções perifrásticas e as simples, e encontrar-se-iam diferenças nos juízos entre as formas verbais perifrásticas. Nas formas verbais perifrásticas, a associação do morfema de concordância a uma forma verbal diferente da do verbo *haver* leva os participantes a aceitarem mais facilmente a construção, como se estivessem envolvidos dois domínios oracionais distintos. Parece haver, portanto, um ranking de fatores, em que uns são mais importantes do que os outros, dependendo dos contextos.

Pela exposição à norma na escola, esperávamos que a estrutura sem concordância, independentemente das várias variáveis linguísticas que foram manipuladas, fosse aceite pelos participantes. Mas isto não se verifica. Também as construções supostamente normativas nem sempre são aceites pelos falantes em alguns contextos. Afinal até as estruturas sem concordância são influenciadas pela forma verbal. E o facto de estarem atestadas estruturas com concordância em publicações de referência aponta no sentido de já não haver bem consciência do que é normativo e do que não é normativo.



Reconhecemos que o papel do revisor/consultor vai muito além da correção ortográfica e gramatical. Não obstante, este trabalho focou-se na análise de um aspeto da gramática relativamente ao qual se verifica variação, tanto na oralidade, como na escrita. Consideramos ter contribuído para uma melhor descrição do funcionamento do verbo *haver* existencial, tanto na sua construção normativa como na não normativa, e esperamos assim ter contribuído para um melhor conhecimento deste fenómeno de variação. A variação é parte integrante de qualquer língua, conhecer uma língua significa reconhecer que a evolução é constante e que resiste à norma, que as variantes normativas, assim como as não normativas não são imutáveis. Será que as construções aqui analisadas e hoje consideradas não-normativas não o serão num futuro próximo ou distante? Assim, investigações futuras devem ser realizadas de modo a poder comprovar se é válida a reconfiguração do verbo *haver* existencial como verbo inacusativo, ou se outra hipótese poderá ser avançada. Talvez com a condução de um estudo com crianças pré exposição à norma se possa perceber se a aceitabilidade das formas sem concordância decorre de explicitação da variante normativa, ou se as crianças já têm esse conhecimento por exposição natural ao input e com o desenvolvimento a variante com concordância acaba por se fixar como a variante de eleição.

## 6. Referências Bibliográficas

- Alves, U. K. (2004). O papel da instrução explícita na aquisição fonológica do inglês como L2: evidências fornecidas pela teoria da otimidade. *Dissertação de mestrado*. Universidade Católica de Pelotas.
- Ambar, M. (1992). *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em Português*. Lisboa, Colibri.
- Azeredo, J. C. (2008). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- Baayen, H. (2008). *Analyzing linguistic data: A practical introduction to statistics using R*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bader, M. & Häussler, J. (2010). Toward a model of grammaticality judgments. In *Journal of Linguistics*, 46 (2), pp. 273-330. Cambridge University Press.
- Bialystok, E. (1994). Representation and ways of knowing: Three issues in second language acquisition. In Ellis (Ed.) *Implicit and Explicit Learning of Languages*, pp. 549-569. London: Academic Press.
- Burzio, L. (1986). *Italian Syntax: A Government-Binding Approach*. Dordrecht: Kluwer.
- Bowles, M. (2011). Measuring implicit and explicit linguistic knowledge: What can heritage language learners contribute? In *Studies in Second Language Acquisition* 33 (2), pp. 247-271. Cambridge University Press.
- Camelo, J. A. F. (1997, abril 30). Norma linguística, desvio e erro. *Ciberdúvidas*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/controversias/norma-linguistica-desvio-e-erro/806> [Consultado em: 18 de janeiro de 2022].
- Cardoso, A., Carrilho, E. & Pereira, S. (2011). On verbal agreement variation in European Portuguese: syntactic conditions for the 3SG/3PL alternation. In *Diacrítica*, 25 (1), pp.135-157.
- Carrilho, E. (2003). Ainda a 'unidade e diversidade da língua portuguesa': a sintaxe. In Castro & Duarte (Eds.) *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus* (1), pp. 163-178. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Castro, I. (2013). Formação da língua portuguesa. In Raposo et al (Eds.) *Gramática do Português* (1), pp. 7-13. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Castro, I. (2006). Norma linguística e ensino do português. *Caderno Escolar. Pensar a escola* 3, pp. 30-34.
- Castro, I. (2003). O Linguista e a Fixação da Norma. *APL - Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp.11-24.
- CETEMPúblico – <http://www.linguateca.pt/cetempublico>
- Chomsky, N. (1986). *Knowledge of language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger. Tradução portuguesa de E. P. Raposo (1994). *O Conhecimento da Língua: a sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Cintra, L. F. L. (1971). Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses. In *Estudos de Dialectologia Portuguesa* (1983). Lisboa: Sá da Costa.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. L. (2017<sup>7</sup>). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Lexikon. (800p., recurso digital) (ISBN: 978-85-8300-031-0).
- DeKeyser, R. M. (2009). Cognitive-psychological processes in second language learning. In Long & Doughty (Eds.), *The handbook of language teaching*, pp. 119-138. Oxford: Blackwell.
- DeKeyser, R. M. (1997). Beyond explicit rule learning: Automatizing second language morphosyntax. In *Studies in Second Language Acquisition*, 19, pp. 195-221.
- DeKeyser, R. M. (1995). Learning second language grammar rules: An experiment with a miniature linguistic system. In *Studies in Second Language Acquisition*, 17, pp. 379-410.
- Duarte, I. & Silva, M.C.F. (2016). The Null Subject Parameter and the Structure of the sentence in European and Brazilian Portuguese. In Wetzels et al (Eds.) *The Handbook of Portuguese Linguistics*, pp-234-253. John Wiley & Sons: Inc.
- Duarte, I. (2010). Sobre o conceito de consciência linguística. In Freitas et al (Eds.) *Avaliação da Consciência Linguística. Aspectos fonológicos e sintáticos do português*, pp. 11-16. Lisboa: Edições Colibri.
- Duarte, I. (2008). *O conhecimento da língua: desenvolver a consciência linguística*. Lisboa: DGIDC-ME.
- Ellis, R. (2009). Introduction: Implicit and Explicit Learning, Knowledge and Instruction. In *Implicit and Explicit Knowledge in Second Language Learning, Testing and teaching*, pp. 3-26. Bristol, Blue Ridge Summit: Multilingual Matters.
- Ellis, R. (2005). Measuring implicit and explicit knowledge of a second language: A psychometric study. In *Studies in Second Language Acquisition* 27 (2), pp. 141-172. Cambridge University Press.
- Faria, I. H. (2003). Contacto, variação e mudança linguística. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (1), pp. 31-37. Lisboa: Caminho.
- Ferreira, M. B. et al. (1996). Variação linguística: perspectiva dialectológica. In Faria et al (Eds.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, pp. 479-502. Lisboa, Portugal: Caminho.
- Ferreira, V. (1983). Defesa da língua. In AA.VV. *Estão a assassinar o português!*, pp. 147-151. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Fidalgo, M. F. G. M. (2014). Guia para revisores de texto. Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida. *Trabalho de Projeto de Mestrado*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Godfroid, A. et al. (2015). Timed and untimed grammaticality judgements measure distinct types of knowledge. In *Studies in Second Language Acquisition* 37 (2), pp. 269-297. Cambridge University Press.
- Gonçalves, A. & Raposo, E. B. P. (2013). Verbo e Sintagma Verbal. In Raposo et al (Eds.) *Gramática do Português* (2), pp. 1155-1218. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Gonçalves, P. (2005). O português de Moçambique: Problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa. In C. Sinner (Ed.) *Norm und Normkonflikte in der Romania*, pp. 184-196. Munich: Peniopol.
- Hamrick, P. & Rebuschat, P. (2012). How implicit is statistical learning? In P. Rebuschat & J. N. Williams (Eds.), *Statistical learning and language acquisition*, pp. 365-382. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Hopp, H. (2007). Ultimate attainment at the interfaces in second language acquisition: Grammar and processing. *Tese de Doutorado*. University of Groningen. Holanda.
- Hulstijn, J. H. (2015). Explaining phenomena of first and second language acquisition with the constructs of implicit and explicit learning: The virtues and pitfalls of a two-system view. In P. Rebuschat (Ed.) *Implicit and explicit learning of languages*, pp. 25-46. Netherlands: John Benjamins.
- Hulstijn, J. H. (2005). Theoretical and empirical issues in the study of implicit and explicit second-language learning. In *Studies in Second Language Acquisition*, 27(2), pp. 129–140. Cambridge University Press.
- Krashen, S. (1981). *Second language acquisition and second language learning*. Oxford: Pergamon.
- Lobo, M. (2016). 21 Sujeitos nulos: gramática do adulto, aquisição de L1 e variação dialetal. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.) *Manual de Linguística Portuguesa*, pp. 560-580. Berlin/Boston: De Gruyter.
- Lobo, M. (2013). Sujeito nulo: sintaxe e interpretação. In Raposo et al (Eds.) *Gramática do Português*, pp. 2309-2333. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, T. A. (2014). Contributos para o desenvolvimento de um manual do revisor de texto. *Trabalho de Projeto de Mestrado*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Marquilhas, R. (2013). Fenómenos de mudança na história do português. In Raposo et al (Eds.) *Gramática do Português* (1), pp. 17-44. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marquilhas, R. (1996). Mudança linguística. In I. H. Faria et al (Eds.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, pp. 563-588. Lisboa: Caminho.
- Martins, A. M. & Costa, J. (2016). 14. Ordem de constituintes frásicos: sujeitos invertidos; objetos antepostos. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.) *Manual de Linguística Portuguesa*, pp. 372-400. Berlin/Boston, de Gruyter.
- Martins, A. M. (2012). Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu: ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico. In T. Lobo et al (Eds.) *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*, pp. 191-220. Salvador: EDUFBA.
- Mateus, P. (2010, dezembro 16). A diferença entre erro e desvio. *Ciberdúvidas*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-diferenca-entre-erro-e-desvio/29419> [Consultado em: 18 de janeiro de 2022].
- Mateus, M. H. M. & Carneira, E. (2007). Norma e Variação. In *Coleção O Essencial sobre a Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

- Mateus, M. H. M. (2005). A mudança da língua no tempo e no espaço. In M. H. M. Mateus & F. B. Nascimento (Eds.) *A Língua Portuguesa em Mudança*, pp. 1-19. Lisboa: Editorial Caminho.
- Mateus, M. H. M. et al. (2003<sup>5a</sup>). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Milroy & Milroy (2012<sup>4</sup>). *Authority in language: investigating language prescription and standardisation*. London and New York: Routledge.
- Móia, T. (2010). Expressões de medição temporal: norma, variação e desvio. In *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 623-64. Porto: APL
- Naro, A. J. & Scherre, M. (2007). *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- O'Grady, W. (2005). *Syntactic carpentry: An emergentist approach to syntax*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- O'Grady, W. (2012). Language acquisition without an acquisition device. In *Language Teaching*, 45, pp. 116-130.
- Pacheco, C. A. T. (2013). Análise crítica e propostas de Revisão na área editorial: uma experiência no Expresso. *Relatório de Estágio de Mestrado*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Paradis, M. (2009). *Declarative and procedural determinants of second languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- Paradis, M. (2004). *A neurolinguistic theory of bilingualism*. Amsterdam: John Benjamins.
- Paradis, M. (1994). Neurolinguistic aspects of implicit and explicit memory: Implications for bilingualism and SLA. In N. Ellis (Ed.) *Implicit and explicit learning of languages*, pp. 393-419. London: Academic Press
- Peres, J. A. & Móia, T. (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Prada, E. (2007, junho 20). Variação linguística e desvio de linguagem. *Ciberdúvidas*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/variacao-linguistica-e-desvio-de-linguagem/21009> [Consultado em 18 de janeiro de 2022].
- Raposo, E. B. P. et al (2013a). Introdução. In *Gramática do Português (3)*. Lisboa: FCG
- Raposo, E. B. P. (2013b). Concordância verbal. In Raposo et al (Eds.) *Gramática do Português (3)*, pp. 2425-2495. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ravid, D. & Tolchinsky, L. (2002). Developing linguistic literacy: A comprehensive model. In *Journal of child language*, 29(2), pp. 417-447. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Rocha, H. (2012). Um novo paradigma da revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade. *Tese de Doutoramento*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Rosa, V. M. V. & Gonçalves, M. A. C. C. (2013). A revisão de textos. *Revista Letras Raras* 2 (2).
- Santo, A. E. (2020). Relativas cortadoras: mover e cortar? Ou cortar antes de mover? In *Revista Da Associação Portuguesa de Linguística* 7, pp. 151-175.
- Santos, E. R. & Filho, D. (2011). *Grandes dúvidas da língua portuguesa: falar e escrever sem erros*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Scherre, M. M. P. & Naro, A. J. (1998). Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5, pp. 509-523.
- Schwartz, B. D. (1993). On Explicit and Negative Data Effecting and Affecting Competence and Linguistic Behavior. *Studies in Second Language Acquisition*, 15 (2), pp. 147-163.
- Schwartz, B. D. (1986). The epistemological status of second language acquisition. *Second Language Research*, 2, pp. 120-159.
- Segura, L. (2013). Variedades dialetais do português europeu. In Raposo et al (Eds.), *Gramática do Português I*, pp. 85-142. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sim-Sim, I., Duarte, I. & Ferraz, M. J. (1997). *A Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: ME – Departamento de Educação Básica.
- Varejão, F. O. A. (2006). Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Veloso, R. (2013). Subordinação Relativa. In Raposo et al (Eds.), *Gramática do Português (2)*, pp. 2061-2133. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Viana, F. L. (2002). *Da linguagem oral à leitura. Construção e validação do Teste de Identificação de Competências Linguísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Viotti, E. (2011). Uma história sobre “ter” e “haver”. *Cadernos De Estudos Linguísticos*, 34, pp. 41-50.
- Xavier, M. F. & Mateus, M. H. M. (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. Edições Cosmos. Lisboa.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Ficha de inscrição e questionário sobre o perfil linguístico

## Estudo de aceitabilidade: questionário sobre perfil linguístico

Obrigada pelo seu interesse e pela sua disponibilidade para participar neste estudo!

Antes de preencher o questionário sobre o seu perfil linguístico, por favor, leia a seguinte informação:

**QUAL É O NOSSO OBJETIVO?**  
Estamos a investigar o grau de aceitabilidade de estruturas linguísticas do português europeu.

**QUEM PODE PARTICIPAR?**  
1. Falantes nativos de português europeu.

**TAREFAS.** Pedimos aos participantes que realizem as seguintes tarefas:  
1. Preencher um pequeno formulário sobre o seu perfil linguístico (2min.; tarefa online);  
2. Fazer 2 tarefas de escolha múltipla (cerca de 15 minutos cada, as duas tarefas são realizadas online).

**DURAÇÃO.** No total, o estudo dura aproximadamente 30 minutos.

**GARANTIAS AOS PARTICIPANTES.**  
1. A sua participação será inteiramente voluntária.  
2. Pode desistir do estudo a qualquer momento, sem nenhum tipo de consequência.  
3. Pode pedir-nos que retiremos os seus dados do estudo a qualquer momento no futuro.  
4. Toda a informação que nos fornecer será anónima e em nenhum momento lhe pediremos detalhes pessoais ou o seu nome.  
5. Não sofrerá nenhum dano emocional, físico, psicológico ou de outra natureza em resultado desta investigação.

**MAIS INFORMAÇÃO:**  
Se tiver alguma questão sobre este estudo, por favor, contacte:  
Vera Fernandes, [veracnfernandes@campus.fcsh.unl.pt](mailto:veracnfernandes@campus.fcsh.unl.pt) - mestranda responsável pelo estudo;  
Professora Doutora Maria Lobo, [maria.lobo@fcsh.unl.pt](mailto:maria.lobo@fcsh.unl.pt) - Orientadora.  
Professora Doutora Joana Teixeira, [joanateixeira@fcsh.unl.pt](mailto:joanateixeira@fcsh.unl.pt) - Coorientadora

Por favor, indique o seu e-mail de contacto \*

Texto de resposta curta

Após a secção 2 Continuar para a secção seguinte

### Secção 3 de 18

Título da secção (opcional)



Pedimos que nos forneça alguns dados que irão ajudar-nos a caracterizar o seu perfil enquanto falante de português europeu. É garantido o anonimato e a confidencialidade das respostas. Agradecemos a sua colaboração.

Após a secção 3 Continuar para a secção seguinte

### Secção 4 de 18

Título da secção (opcional)




Descrição (opcional)

Por favor, escreva o seu código de identificação. O código deverá ser formado a partir da sua data de nascimento (DDMMAAAA), seguida da primeira letra do seu nome. Por exemplo, se a data de nascimento for 5 de janeiro de 2003 e o seu nome Maria, o código será "05012003M". Por favor, tome nota do seu código, pois terá de voltar a utilizá-lo quando realizar os testes.

Texto de resposta curta





**Data de nascimento \***


Dia, mês, ano 

Após a secção 5 Continuar para a secção seguinte ▼

**Secção 6 de 18**

Título da secção (opcional)  

Descrição (opcional)

**Sexo \*** 

F

M

Prefere não dizer

**É aluno de licenciatura? \***

Sim



Não

Se respondeu que sim, por favor especifique a área da licenciatura?

Texto de resposta curta  
.....

Após a secção 7 Continuar para a secção seguinte ▼

**Secção 8 de 18**

Título da secção (opcional)  

Descrição (opcional)

**É a sua primeira licenciatura ou já é graduado?**

Texto de resposta curta  
.....

País de nascimento \*

Texto de resposta curta

Após a secção 9 Continuar para a secção seguinte

Secção 10 de 18

Título da secção (opcional)



Descrição (opcional)

Língua materna do pai \*

- Português europeu
- Outra variedade do português
- Outra língua

Se não assinalou a opção "português europeu", especifique

Texto de resposta curta

Língua materna da mãe \*

- Português europeu
- Outra variedade do português
- Outra língua

Se não assinalou a opção "português europeu", especifique

Texto de resposta curta  
.....

Após a secção 11 Continuar para a secção seguinte

Secção 12 de 18

Título da secção (opcional)



Descrição (opcional)

A sua língua materna \*

- Sou falante nativo de português europeu
- Sou falante nativo de outra variedade do português
- Sou falante nativo de outra língua

Que variedade do português fala (Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, etc.)? \*

Texto de resposta curta

Após a secção 13 Continuar para a secção seguinte

#### Secção 14 de 18

Título da secção (opcional)



Descrição (opcional)

Em que concelho(s) viveu na infância e adolescência (até aos 18 anos)? \*

Texto de resposta curta

Se viveu em mais de um concelho, indique de que idade a que idade viveu em cada um deles.

Texto de resposta curta

Para além do português, é falante nativo de mais alguma língua? \*

Sim

Não

Após a secção 15 Continuar para a secção seguinte

#### Secção 16 de 18

Título da secção (opcional)



Descrição (opcional)

Qual é a sua outra língua materna? \*

Texto de resposta curta

Língua(s) materna(s) \*

Texto de resposta curta

Após a secção 17 Continuar para a secção seguinte

Secção 18 de 18

Título da secção (opcional)

Terminou o preenchimento do questionário. Muito obrigado.

## Anexo 2 – Lista de itens de teste

### Condições

- C1.1 Quando a mãe chegou, haviam muitos brinquedos espalhados pela casa toda.
- C1.2 Quando o réu chegou, haviam alguns populares zangados à sua espera.
- C1.3 Quando o jogo terminou, houveram muitos incidentes mesmo fora do estádio.
- C1.4 Quando a corrida terminou, houveram alguns adeptos a invadir a pista.
- C1.5 Quando a gerência mudar, vão haver muitos ajustes na nossa empresa.
- C1.6 Quando o presidente chegar, vão haver alguns minutos para fazer perguntas.
- C1.7 Se nevar nos Pirenéus, podem haver muitos turistas a fazer esqui.
- C1.8 Se chover em Coruche, podem haver alguns problemas nas zonas ribeirinhas.
- C2.1 Quando o avô ligou, havia muitos cães a ladrar na rua.
- C2.2 Quando a dentista chegou, havia alguns pacientes na sala de espera.
- C2.3 Quando a peça terminou, houve muitos admiradores a aplaudir de pé.
- C2.4 Quando o concerto começou, houve alguns fãs a invadir o palco.
- C2.5 Quando a festa terminar, vai haver alguns copos espalhados pelo chão.
- C2.6 Quando o cortejo começar, vai haver muitos mascarados a atirar confetes.
- C2.7 Se cortarem a autoestrada, pode haver muitos engarrafamentos na estrada nacional.
- C2.8 Se houver cortes salariais, pode haver alguns funcionários a pedir demissão.
- C3.1 O João confirmou que haviam alguns copos no armário da cozinha
- C3.2 A Maria disse que haviam muitos fatos para lavar e engomar.

- C3.3** O reitor disse que houveram muitos alunos a assistir à palestra.
- C3.4** A ministra afirmou que houveram alguns atrasos na elaboração do orçamento.
- C3.5** A Ana disse que vão haver muitos presentes para os participantes.
- C3.6** O tio comentou que vão haver alguns negócios a fechar portas.
- C3.7** A professora explicou que podem haver muitos trabalhos individuais este semestre.
- C3.8** O médico disse que podem haver alguns casos ainda por diagnosticar.
- C4.1** A cozinheira confirmou que havia muitos tachos para lavar na copa.
- C4.2** O menino disse que havia alguns brinquedos debaixo da sua cama.
- C4.3** O jornalista declarou que houve muitos debates mal moderados neste programa.
- C4.4** A enfermeira afirmou que houve alguns atrasos na vacinação das crianças.
- C4.5** A Inês lembrou que vai haver muitos convites para o concerto.
- C4.6** O candidato anunciou que vai haver alguns ajustes no programa eleitoral.
- C4.7** O produtor comentou que pode haver muitos programas especiais no Natal.
- C4.8** A madrinha disse que pode haver alguns presentes escondidos no quarto.
- C5.1** O enfermeiro desesperou porque haviam muitos pacientes sem cama no hospital.
- C5.2** A mãe gritou porque haviam alguns bichos dentro da caixa azul.
- C5.3** Os funcionários reclamaram porque houveram alguns cortes salariais durante este ano.
- C5.4** Os camionistas protestaram porque houveram muitos aumentos no preço dos combustíveis.
- C5.5** Os alunos celebraram porque vão haver muitos festivais durante a semana.
- C5.6** A tia festejou porque vão haver alguns descontos antes do Natal.
- C5.7** Os alunos estudaram porque podem haver alguns testes surpresa nesta disciplina.
- C5.8** O gerente ligou porque podem haver muitos clientes a fazer devoluções.
- C6.1** Os meninos agradeceram porque havia muitos rebuçados para cada um deles.
- C6.2** O cliente reclamou porque havia alguns programas sem legendagem em português.
- C6.3** Os tios telefonaram porque houve alguns acidentes perto da nossa casa.
- C6.4** A ministra recuou porque houve muitos protestos à porta do Parlamento.
- C6.5** A menina sossegou porque vai haver muitos doces no seu aniversário.
- C6.6** O organizador refilou porque vai haver alguns convidados sem lugar sentado.
- C6.7** O pai resmungou porque pode haver alguns atrasos nos voos internacionais.
- C6.8** A Ana hesitou porque pode haver muitos efeitos adversos à vacinação.

## **Distratores**

- D1.1 Quando o jardineiro apareceu, existiam muitas árvores de fruto para podar.
- D1.2 Quando o alfaiate saiu, existiam diversos retalhos de tecido no chão.
- D1.3 Enquanto o debate durou, existiram várias opiniões divergentes entre os participantes.
- D1.4 Enquanto decorreu a votação, existiram várias mesas de voto sem vigilância.
- D1.5 Se os partidos concordarem, vão existir algumas ressalvas nos contratos públicos.
- D1.6 Enquanto estiver a nevar, vão existir várias restrições na circulação automóvel.
- D1.7 Enquanto houver pouco controlo, podem existir inúmeras situações fora de conformidade.
- D1.8 Se o pedreiro falhar, podem existir vários problemas estruturais na construção.
- D2.1 Quando a Ana nasceu, existia vários pessegueiros no quintal da casa.
- D2.2 Quando o técnico chegou, existia vários computadores sem acesso à internet.
- D2.3 Enquanto o João discursava, existiu múltiplas conversas paralelas dentro do auditório.
- D2.4 Enquanto o tio viajou, existiu inúmeros problemas de comunicação por resolver.
- D2.5 Se cumprirem o acordado, vai existir diversas alterações ao projeto inicial.
- D2.6 Enquanto durar o confinamento, vai existir muitas promoções nas compras online.
- D2.7 Se tomarem medidas preventivas, pode existir imensas melhorias no processo logístico.
- D2.8 Se programarem o evento, pode existir algumas atividades a decorrer simultaneamente.
- D3.1 Quando a avó chegou, haviam um funcionário descalço a encher balões.
- D3.2 Quando a tia entrou, haviam um lugar livre ao meu lado.
- D3.3 Quando o filme começou, houveram um anúncio publicitário de sete minutos!
- D3.4 Quando a aula terminou, houveram uma aluna a fazer perguntas pertinentes.
- D3.5 Quando o jantar terminar, vão haver uma sobremesa com chocolate branco.
- D3.6 Quando o gestor chegar, vão haver uma reunião para distribuir verbas.
- D3.7 Se chegarmos regularmente atrasados, podem haver uma sanção disciplinar de suspensão.
- D3.8 Se fizermos trabalho comunitário, podem haver um desagravamento da pena atribuída.
- D4.1 Quando o João chegou, havia um aviso na porta da farmácia.
- D4.2 Quando a Ana entrou, havia um presente em cima da mesa.
- D4.3 Quando a biblioteca fechou, houve uma manifestação no centro da cidade.
- D4.4 Quando o concurso terminou, houve uma reanálise de todos os procedimentos.

- D4.5 Quando a Joana chegar, vai haver uma grande festa de aniversário.
- D4.6 Se chover à noite, vai haver uma inundação na nossa cave.
- D4.7 Se limitarem a compra, pode haver um maior controlo do stock.
- D4.8 Se comprarmos sem pensar, pode haver um descontrolo orçamental sem precedentes.
- D5.1 A Ana disse que faltavam dois decilitros para encher o jarro.
- D5.2 O João garantiu que faltavam vários quilómetros para terminar a prova.
- D5.3 O professor afirmou que faltaram muitos alunos à aula de ontem.
- D5.4 A mãe comentou que faltaram vários convidados à cerimónia na Igreja.
- D5.5 O diretor declarou que vão faltar várias camas nos cuidados intensivos.
- D5.6 A ministra adiantou que vão faltar muitos enfermeiros nos hospitais portugueses.
- D5.7 A ministra confirmou que podem faltar centenas de professores para substituições.
- D5.8 A mãe lembrou que podem faltar alguns ingredientes para o bolo.
- D6.1 A Maria assegurou que faltava três módulos para completar o curso.
- D6.2 O André confirmou que faltava algumas cadeiras na sala de jantar.
- D6.3 A curadora afirmou que faltou muitas peças importantes na exposição fotográfica.
- D6.4 O tio confessou que faltou algumas mesas de apoio no congresso.
- D6.5 O pai assegurou que vai faltar vários produtos frescos nos mercados.
- D6.6 A Sara alertou que vai falta algumas toalhas lavadas nos quartos.
- D6.7 O Simão avisou que pode faltar alguns meses até conseguir terminar.
- D6.8 O Paulo disse que pode faltar várias peças na sua coleção.
- D7.1 A tia assegurou que chegavam seis fotografias para completar o álbum.
- D7.2 O tio garantiu que chegavam três pacotes de rebuçados para todos.
- D7.3 A avó disse que chegaram cinco metros de renda no vestido.
- D7.4 A Maria comentou que chegaram quatro fotografias para convencer o cliente.
- D7.5 O André assegurou que vão chegar três horas de estudo diário.
- D7.6 O treinador lembrou que vão chegar duas vitórias para serem campeões.
- D7.7 A nutricionista disse que podem chegar duas semanas para perder peso.
- D7.8 O selecionador acredita que podem chegar alguns dias para treinar passes.
- D8.1 A Maria garantiu que chegava cinco livros pequenos para cada menino.
- D8.2 A Joana confirmou que chegava dez minutos para cada apresentação oral.
- D8.3 O João disse que chegou três pessoas para completar a mesa.
- D8.4 O Miguel confirmou que chegou duas garrafas de água por pessoa.
- D8.5 O professor acha que vai chegar três aulas para explicar tudo.
- D8.6 O António assegurou que vai chegar dois dias para enfeitar tudo.



- D8.7 A Ana pensa que pode chegar três horas para concluir tudo.
- D8.8 A Luísa acredita que pode chegar sete dias para conhecer Lisboa.
- D9.1 O treinador comemorou porque bastavam duas vitórias para ganhar o campeonato.
- D9.2 O Rui sorriu porque bastavam algumas horas para concluir o trabalho.
- D9.3 O vendedor celebrou porque bastaram duas vendas para atingir os objetivos.
- D9.4 Os amigos festejaram porque bastaram duas vitórias para passar de nível.
- D9.5 A Dália ligou porque vão bastar dois quilos de batata-doce.
- D9.6 O avô serenou porque vão bastar alguns dias para recuperar energias.
- D9.7 A Ana desanimou porque podem bastar dois pontos para sair do pódio.
- D9.8 Os ciclistas celebraram porque podem bastar dois segundos para vencerem a prova.
- D10.1 O piloto abrandou porque bastava dois segundos para ganhar a corrida.
- D10.2 O João acelerou porque bastava dois segundos para perder o lugar.
- D10.3 O avô alegrou-se porque bastou dois dias para pintar a vedação.
- D10.4 A noiva agradeceu porque bastou dez minutos para coser o vestido.
- D10.5 O jogador desanimou porque vai bastar duas derrotas para perder a liderança.
- D10.6 O cozinheiro esmoreceu porque vai bastar dois erros para ser despromovido.
- D10.7 O agricultor desesperou porque pode bastar duas chuvadas para perder a colheita.
- D10.8 O pescador esperou porque pode bastar dois segundos para o vento amainar.
- D11.1 A avó enervou-se porque desapareciam algumas moedas da sua carteira constantemente.
- D11.2 A Ana exaltou-se porque desapareciam muitos documentos importantes da sua secretária.
- D11.3 O patrão ligou porque desapareceram várias caixas de vinho tinto francês.
- D11.4 O Rui irritou-se porque desapareceram centenas de pastas do ficheiro original.
- D11.5 A tia alegrou-se porque vão desaparecer várias cicatrizes da última cirurgia.
- D11.6 O menino refilou porque vão desaparecer muitos baloiços do parque infantil.
- D11.7 A curadora precaveu-se porque podem desaparecer várias obras valiosíssimas da coleção.
- D11.8 A vereadora hesitou porque podem desaparecer vários lugares de estacionamento gratuito.
- D12.1 O tio reclamou porque desaparecia muitos charutos cubanos da sua caixa.
- D12.2 O Luís protestou porque desaparecia várias garrafas de aguardente da garrafeira.
- D12.3 O João reclamou porque desapareceu alguns livros raros da sua biblioteca.
- D12.4 A menina chorou porque desapareceu muitas bonecas da sua caixa amarela.
- D12.5 Os munícipes reclamaram porque vai desaparecer vários acessos às praias fluviais.
- D12.6 A mãe alegrou-se porque vai desaparecer algumas das manchas do sofá.

- D12.7 A tia telefonou porque pode desaparecer muitos documentos durante a mudança.  
D12.8 O tio preocupa-se porque pode desaparecer algumas fontes de rendimento extra.

### **Anexo 3 – Lista 1**

- D9.7 A Ana desanimou porque podem bastar dois pontos para sair do pódio.  
D4.3 Quando a biblioteca fechou, houve uma manifestação no centro da cidade.  
D7.5 O André assegurou que vão chegar três horas de estudo diário.  
D12.7 A tia telefonou porque pode desaparecer muitos documentos durante a mudança.  
**C1.1** Quando a mãe chegou, haviam muitos brinquedos espalhados pela casa toda.  
D6.1 A Maria assegurou que faltava três módulos para completar o curso.  
D1.3 Enquanto o debate durou, existiram várias opiniões divergentes entre os participantes.  
**C1.3** Quando o jogo terminou, houveram muitos incidentes mesmo fora do estádio.  
D10.5 O jogador desanimou porque vai bastar duas derrotas para perder a liderança.  
D5.7 A ministra confirmou que podem faltar centenas de professores para substituições.  
**C1.5** Quando a gerência mudar, vão haver muitos ajustes na nossa empresa.  
D2.1 Quando a Ana nasceu, existia vários pessegueiros no quintal da casa.  
D11.3 O patrão ligou porque desapareceram várias caixas de vinho tinto francês.  
**C1.7** Se nevar nos Pirenéus, podem haver muitos turistas a fazer esqui.  
D6.5 O pai assegurou que vai faltar vários produtos frescos nos mercados.  
D1.7 Enquanto houver pouco controlo, podem existir inúmeras situações fora de conformidade.  
**C2.1** Quando o avô ligou, havia muitos cães a ladrar na rua.  
D10.1 O piloto abrandou porque bastava dois segundos para ganhar a corrida.  
D7.3 A avó disse que chegaram cinco metros de renda no vestido.  
**C2.3** Quando a peça terminou, houve muitos admiradores a aplaudir de pé.  
D4.5 Quando a Joana chegar, vai haver uma grande festa de aniversário.  
D11.7 A curadora precaveu-se porque podem desaparecer várias obras valiosíssimas da coleção.  
**C2.5** Quando a festa terminar, vai haver alguns copos espalhadas pelo chão.  
D8.1 A Maria garantiu que chegava cinco livros pequenos para cada menino.  
D3.3 Quando o filme começou, houveram um anúncio publicitário de sete minutos!  
**C2.7** Se cortarem a autoestrada, pode haver muitos engarrafamentos na estrada nacional.

D12.5 Os munícipes reclamaram porque vai desaparecer vários acessos às praias fluviais.

D5.1 A Ana disse que faltavam dois decilitros para encher o jarro.

**C3.1** O João confirmou que haviam alguns copos no armário da cozinha.

D2.7 Se tomarem medidas preventivas, pode existir imensas melhorias no processo logístico.

D9.1 O treinador comemorou porque bastavam duas vitórias para ganhar o campeonato.

**C3.3** O reitor disse que houveram muitos alunos a assistir à palestra.

D8.3 O João disse que chegou três pessoas para completar a mesa.

D3.5 Quando o jantar terminar, vão haver uma sobremesa com chocolate branco.

**C3.5** A Ana disse que vão haver muitos presentes para os participantes.

D12.3 O João reclamou porque desapareceu alguns livros raros da sua biblioteca.

D5.5 O diretor declarou que vão faltar várias camas nos cuidados intensivos.

**C3.7** A professora explicou que podem haver muitos trabalhos individuais este semestre.

D2.3 Enquanto o João discursava, existiu múltiplas conversas paralelas dentro do auditório.

D9.5 A Dália ligou porque vão bastar dois quilos de batata doce.

**C4.1** A cozinheira confirmou que havia muitos tachos para lavar na copa.

D6.7 O Simão avisou que pode faltar alguns meses até conseguir terminar.

D1.5 Se os partidos concordarem, vão existir algumas ressalvas nos contratos públicos.

**C4.3** O jornalista declarou que houve muitos debates mal moderados neste programa.

D10.3 O avô alegrou-se porque bastou dois dias para pintar a vedação.

D7.7 A nutricionista disse que podem chegar duas semanas para perder peso.

**C4.5** A Inês lembrou que vai haver muitos convites para o concerto.

D4.1 Quando o João chegou, havia um aviso na porta da farmácia.

D11.1 A avó enervou-se porque desapareciam algumas moedas da sua carteira constantemente.

**C4.7** O produtor comentou que pode haver muitos programas especiais no Natal.

D8.7 A Ana pensa que pode chegar três horas para concluir tudo.

D3.1 Quando a avó chegou, haviam um funcionário descalço a encher balões.

**C5.1** O enfermeiro desesperou porque haviam muitos pacientes sem cama no hospital.

D12.1 O tio reclamou porque desaparecia muitos charutos cubanos da sua caixa.

D5.3 O professor afirmou que faltaram muitos alunos à aula de ontem.

**C5.3** Os funcionários reclamaram porque houveram alguns cortes salariais durante este ano.

D2.5 Se cumprirem o acordado, vai existir diversas alterações ao projeto inicial.

D11.5 A tia alegrou-se porque vão desaparecer várias cicatrizes da última cirurgia.

- C5.5** Os alunos celebraram porque vão haver muitos festivais durante a semana.
- D1.1 Quando o jardineiro apareceu, existiam muitas sebes para cortar e aparar.
- C5.7** Os alunos estudaram porque podem haver alguns testes surpresa nesta disciplina.
- D10.7 O agricultor desesperou porque pode bastar duas chuvadas para perder a colheita.
- D7.1 A tia assegurou que chegavam seis fotografias para completar o álbum.
- C6.1** Os meninos agradeceram porque havia muitos rebuçados para cada um deles.
- D4.7 Se limitarem a compra, pode haver um maior controlo do stock.
- C6.3** Os tios telefonaram porque houve alguns acidentes perto da nossa casa.
- D9.3 O vendedor celebrou porque bastaram duas vendas para atingir os objetivos.
- C6.5** A menina sossegou porque vai haver muitos doces no seu aniversário.
- D6.3 A curadora afirmou que faltou muitas peças importantes na exposição fotográfica.
- D3.7 Se chegarmos regularmente atrasados, podem haver uma sanção disciplinar de suspensão.
- C6.7** O pai resmungou porque pode haver alguns atrasos nos voos internacionais.
- D8.5 O professor acha que vai chegar três aulas para explicar tudo.

#### **Anexo 4 – Lista 2**

- D7.2 O tio garantiu que chegavam três pacotes de rebuçados para todos.
- D10.6 O cozinheiro esmoreceu porque vai bastar dois erros para ser despromovido.
- D4.2 Quando a Ana entrou, havia um presente em cima da mesa.
- D5.8 A mãe lembrou que podem faltar alguns ingredientes para o bolo.
- C1.8** Se chover em Coruche, podem haver alguns problemas nas zonas ribeirinhas.
- D1.2 Quando o alfaiate saiu, existiam diversos retalhos de tecido no chão.
- D11.4 O Rui irritou-se porque desapareceram centenas de pastas do ficheiro original.
- C6.8** A Ana hesitou porque pode haver muitos efeitos adversos à vacinação.
- D3.4 Quando a aula terminou, houveram uma aluna a fazer perguntas pertinentes.
- D8.6 O António assegurou que vai chegar dois dias para enfeitar tudo.
- C2.6** Quando o cortejo começar, vai haver muitos mascarados a atirar confetes.
- D2.4 Enquanto o tio viajou, existiu inúmeros problemas de comunicação por resolver.
- D5.6 A ministra adiantou que vão faltar muitos enfermeiros nos hospitais portugueses.
- C3.8** O médico disse que podem haver alguns casos ainda por diagnosticar.
- D9.4 Os amigos festejaram porque bastaram duas vitórias para passar de nível.
- D1.8 Se o pedreiro falhar, podem existir vários problemas estruturais na construção.

- C5.2** A mãe gritou porque haviam alguns bichos dentro da caixa azul.
- D12.2 O Luís protestou porque desaparecia várias garrafas de aguardente da garrafeira.
- D5.4 A mãe comentou que faltaram vários convidados à cerimónia na Igreja.
- C3.4** A ministra afirmou que houveram alguns atrasos na elaboração do orçamento.
- D4.8 Se comprarmos sem pensar, pode haver um descontrolo orçamental sem precedentes.
- D7.4 A Maria comentou que chegaram quatro fotografias para convencer o cliente.
- C4.8** A madrinha disse que pode haver alguns presentes escondidos no quarto.
- D10.4 A noiva agradeceu porque bastou dez minutos para coser o vestido.
- D11.2 A Ana exaltou-se porque desapareciam muitos documentos importantes da sua secretária.
- C1.6** Quando o presidente chegar, vão haver alguns minutos para fazer perguntas.
- D12.8 O tio preocupa-se porque pode desaparecer algumas fontes de rendimento extra.
- D9.8 Os ciclistas celebraram porque podem bastar dois segundos para vencerem a prova.
- C5.8** O gerente ligou porque podem haver muitos clientes a fazer devoluções.
- D8.2 A Joana confirmou que chegava dez minutos para cada apresentação oral.
- D6.2 O André confirmou que faltava algumas cadeiras na sala de jantar.
- C6.4** A ministra recuou porque houve muitos protestos à porta do Parlamento.
- D3.6 Quando o gestor chegar, vão haver uma reunião para distribuir verbas.
- D1.4 Enquanto decorreu a votação, existiram várias mesas de voto sem vigilância.
- C3.2** A Maria disse que haviam muitos fatos para lavar e engomar.
- D4.6 Se chover à noite, vai haver uma inundação na nossa cave.
- D1.6 Enquanto estiver a nevar, vão existir várias restrições na circulação automóvel.
- C5.4** Os camionistas protestaram porque houveram muitos aumentos no preço dos combustíveis.
- D6.4 O tio confessou que faltou algumas mesas de apoio no congresso.
- C4.6** O candidato anunciou que vai haver alguns ajustes no programa eleitoral.
- D9.2 O Rui sorriu porque bastavam algumas horas para concluir o trabalho.
- C6.2** O cliente reclamou porque havia alguns programas sem legendagem em português.
- D12.6 A mãe alegrou-se porque vai desaparecer algumas das manchas do sofá.
- D7.8 O selecionador acredita que podem chegar alguns dias para treinar passes.
- C2.8** Se houver cortes salariais, pode haver alguns funcionários a pedir demissão.
- D3.2 Quando a tia entrou, haviam um lugar livre ao meu lado.
- D6.6 A Sara alertou que vai faltar algumas toalhas lavadas nos quartos.
- C4.4** A enfermeira afirmou que houve alguns atrasos na vacinação das crianças.

- D2.2 Quando o técnico chegou, existia vários computadores sem acesso à internet.
- D7.6 O treinador lembrou que vão chegar duas vitórias para serem campeões.
- C1.4** Quando a corrida terminou, houveram alguns adeptos a invadir a pista.
- D12.4 A menina chorou porque desapareceu muitas bonecas da sua caixa amarela.
- D10.2 O João acelerou porque bastava dois segundos para perder o lugar.
- C4.2** O menino disse que havia alguns brinquedos debaixo da sua cama.
- D2.6 Enquanto durar o confinamento, vai existir muitas promoções nas compras online.
- D3.8 Se fizermos trabalho comunitário, podem haver um desagravamento da pena atribuída.
- C2.2** Quando a dentista chegou, havia alguns pacientes na sala de espera.
- D8.8 A Luísa acredita que pode chegar sete dias para conhecer Lisboa.
- D9.6 O avô serenou porque vão bastar alguns dias para recuperar energias.
- C5.6** A tia festejou porque vão haver alguns descontos antes do Natal.
- D6.8 O Paulo disse que pode faltar várias peças na sua coleção.
- D11.8 A vereadora hesitou porque podem desaparecer vários lugares de estacionamento gratuito.
- C1.2** Quando o réu chegou, haviam alguns populares zangados à sua espera.
- D10.8 O pescador esperou porque pode bastar dois segundos para o vento amainar.
- D5.2 O João garantiu que faltavam vários quilómetros para terminar a prova.
- C6.6** O organizador refilou porque vai haver alguns convidados sem lugar sentado.
- D2.8 Se programarem o evento, pode existir algumas atividades a decorrer simultaneamente.
- D11.6 O menino refilou porque vão desaparecer muitos baloiços do parque infantil.
- C3.6** O tio comentou que vão haver alguns negócios a fechar portas.
- D4.4 Quando o concurso terminou, houve uma reanálise de todos os procedimentos.
- C2.4** Quando o concerto começou, houve alguns fãs a invadir o palco.
- D8.4 O Miguel confirmou que chegou duas garrafas de água por pessoa.